

**MESTRADO**  
FINANÇAS E FISCALIDADE

**A amortização do *goodwill* no âmbito das recentes alterações ao SNC – Avaliação do impacto nos principais rácios das empresas portuguesas**

Sílvia Maria das Neves Coelho

**M**

2019



—  
A amortização do *goodwill* no âmbito das recentes alterações ao SNC  
– Avaliação do impacto nos principais rácios das empresas portuguesas

**Sílvia Maria das Neves Coelho**

—  
Dissertação

**Mestrado em Finanças e Fiscalidade**

—  
Orientado por

**Professor Doutor Samuel Cruz Alves Pereira**

**Professor Doutor Elísio Fernando Moreira Brandão**

—  
2019

## **Agradecimentos**

Aos meus orientadores, Professor Doutor Samuel Pereira e Professor Doutor Elísio Brandão, agradeço pelo apoio e incentivo constantes, todos os ensinamentos e sugestões, e por terem acreditado sempre na minha capacidade para levar este trabalho a bom porto.

Aos meus colegas de curso, por todos os momentos excecionais de partilha e de amizade.

Aos meus sócios e revisores oficiais de contas, Luísa Anacoreta Correia e Agostinho Gonçalves, agradeço todos os ensinamentos e oportunidades proporcionadas para um crescimento profissional assente nos princípios de rigor técnico, ético e deontológico.

À minha família e amigos agradeço todo o carinho demonstrado, as constantes palavras de encorajamento e a paciência pela minha ausência em tantos momentos importantes deste percurso.

Aos meus pais, pelo seu amor incondicional e pelos nobres valores que me transmitiram.

Às minhas filhas, por serem a minha âncora e a minha inesgotável fonte de coragem e determinação.

## Resumo

Em resultado das dificuldades intrínsecas à definição, identificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente, a contabilização do *goodwill* tem sido um dos temas mais controversos entre investigadores, académicos e reguladores, tendo protagonizado inúmeras alterações aos normativos contabilísticos ao longo de várias décadas.

Assim, na sequência da reintrodução em Portugal do modelo de amortização *goodwill* a partir de 01/01/2016, a presente dissertação pretende avaliar o impacto dessa alteração nos principais indicadores económico financeiros das empresas portuguesas que adotam o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Para o efeito, testámos a significância das diferenças apuradas para os indicadores de rentabilidade e de estrutura mais utilizados pelos utentes das demonstrações financeiras dessas empresas (*return on equity*, *return on assets*, níveis de autonomia financeira e de equilíbrio financeiro mínimo), calculados antes e após do efeito do registo do gasto relativo à amortização sistemática do *goodwill*.

Para a realização do estudo empírico foi utilizada a informação financeira relativa ao ano 2016 para um universo de 851 empresas portuguesas não cotadas, que adotam o SNC, detentoras de participações financeiras registadas pelo método de equivalência patrimonial (MEP), com *goodwill* destacado no balanço e sujeito a amortização naquele período.

A estatística descritiva demonstra a expectável deterioração dos indicadores resultantes do registo da amortização do *goodwill*. Por exemplo, em termos médios, verifica-se um decréscimo do *return on equity* na ordem dos 4,8% e do *return on assets* em 1,4%. Já o nível de autonomia financeira e o nível do equilíbrio financeiro mínimo decrescem em média cerca de 1,0%.

Os resultados do nosso estudo demonstram que os referidos indicadores apresentam diferenças estatisticamente significativas se calculados com ou sem o efeito da referida amortização, sugerindo haver evidência empírica de que o modelo de amortização do *goodwill* introduzido no SNC a partir de 01/01/2016 acarreta pressão negativa sobre a informação financeira das empresas.

## **Abstract**

Given the difficulties regarding the definition, identification, initial recognition and subsequent measurement, the accounting for goodwill remains one of the most controversial issues among researchers, academics and accounting regulators. In fact, the goodwill accounting regime has experienced innumerable changes through the decades.

Subsequent to the recent reintroduction of the amortization model in Portuguese GAAP, the present dissertation seeks to ascertain, on an empirical basis, whether the impact of goodwill amortization is significantly relevant on the key economic indicators (e.g. return on equity, return on assets, solvency) of Portuguese companies under the Portuguese GAAP. To that end, we have examined the significance of the differences found for the financial ratios most used by the stakeholders, calculated before and after of the effect of reported goodwill amortization expense.

In order to perform the empirical study, the financial information for the year 2016 was used for a universe of 851 Portuguese companies holding financial participations registered at the equity method, with goodwill reported on the balance sheet and subject to amortization in that period.

The descriptive statistics shows the expected weakening of the above mentioned indicators due to the goodwill amortization expense. For example, on average, return on equity declines by about 4.8% and return on assets by about 1.4%. The solvency ratios decrease, on average, by about 1,0%.

We found empirical evidence of significant differences on these indicators before and after the amortization expense, suggesting that the goodwill amortization model introduced in Portuguese GAAP in as of 01/01/2016 induces negative pressure on the companies' financial information.

**Palavras chave:** Concentrações de atividades empresariais; *Goodwill*; Contabilização do *goodwill*; NCRF 6; NCRF 14; IFRS 3; Amortização; Imparidade; Harmonização contábilística; Comparabilidade; Análise financeira; Rácios financeiros; Manipulação de resultados; Evidência empírica

**Keywords:** Business combinations; Goodwill; Accounting for goodwill; NCRF 6; NCRF 14; IFRS 3; Amortization; Impairment; Comparability; Accounting harmonization; Financial analysis; Financial ratios; Manipulation; Empirical evidence

# ÍNDICE

	Pág.
<b>1. Introdução</b>	1
1.1. Enquadramento do tema e motivações	1
1.2. Objetivos e metodologia	3
1.3. Delimitação do estudo	6
1.4. Estrutura da dissertação	6
<b>2. Revisão de literatura</b>	7
2.1. Em torno do conceito de <i>goodwill</i>	7
2.2. O <i>goodwill</i> e o <i>core-goodwill</i>	9
2.3. O <i>goodwill</i> negativo	12
2.4. O <i>goodwill</i> gerado internamente	12
2.5. Enquadramento normativo	14
2.5.1. Mensuração inicial	14
2.5.2. Mensuração subsequente	15
2.6. A Diretiva 2013/34/EU e as alterações aos normativos contabilísticos nacionais	18
<b>3. Objetivos do estudo e hipóteses de investigação</b>	20
<b>4. Metodologia</b>	21
4.1. Desenho da investigação e modelo do estudo	21
4.2. Definição e caracterização da amostra	22
4.3. Estatística descritiva	24
4.4. Testes à correlação, assimetria, achatamento e normalidade das distribuições	26
<b>5. Resultados e conclusões</b>	28
<b>6. Limitações e perspetivas futuras</b>	31
<b>Apêndices</b>	32
<b>Bibliografia</b>	33
<b>Anexos</b>	37

## ÍNDICE DE QUADROS

	Pág.
Quadro 1 – As diversas fases do reconhecimento inicial do <i>goodwill</i> , de 1880 à atualidade .....	8
Quadro 2 – As componentes do <i>goodwill</i> .....	10
Quadro 3 – Definição de <i>goodwill</i> nos principais normativos: IFRS, SFAS e SNC .....	15
Quadro 4 – A mensuração subsequente do goodwill (FASB, IASB, POC/SNC), desde 1985 atualidade .....	15
Quadro 5.1 – Vantagens e desvantagens do modelo de testes de imparidade anual ao <i>goodwill</i> .....	16
Quadro 5.2 – Vantagens e desvantagens do modelo amortização sistemática do <i>goodwill</i> .....	17



## ÍNDICE DE TABELAS

	Pág.
Tabela 1 – Definição dos indicadores .....	21
Tabela 2 – Definição da amostra base .....	22
Tabela 3 – Definição das variáveis a incluir nas amostras específicas .....	23
Tabela 4 – Determinação das amostras finais .....	24
Tabela 5 – Estatística descritiva .....	25
Tabela 6 – Teste não paramétrico para as diferenças das médias do rácio $R_i$ .....	28
Tabela 7 – Resultados dos <i>Wilcoxon test' Ranks</i> .....	29

## APÊNDICES

	Pág.
Apêndice 1 – Resultados da análise às correlações entre as variáveis .....	32
Apêndice 2 – Resultados dos testes aos coeficientes de assimetria e achatamento .....	32
Apêndice 3 – Resultados dos testes de <i>Kolmogorov-Smirnov</i> e de <i>Shapiro-Wilk</i> .....	32

## ANEXOS

Pág.

Anexo I – Distribuição da amostra por setores de atividade .....	37
Anexo II – Cronologia do desenvolvimento dos normativos contabilísticos e das temáticas relacionadas com a contabilização do <i>goodwill</i> .....	38
Anexo III - Resumo da investigação académica recente sobre o <i>goodwill accounting</i> .....	40
Anexo IV – Resumo da literatura relevante relacionada com a teoria da manipulação de resultados através da contabilização do <i>goodwill</i> .....	43

## LISTA DE ABREVIATURAS

AL – Ativo Líquido

AF – Autonomia Financeira

CAE – Concentração de Atividades Empresariais

CE – Comissão Europeia

CNC – Comissão de Normalização Contabilística

CP – Capital Próprio

DF – Demonstrações Financeiras

EBITDA – *Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization*

EFM – Equilíbrio Financeiro Mínimo

EFRAG – *European Financial Reporting Advisory Group*

EUA – Estados Unidos da América

EU – *European Union*

FASB – *Financial Accounting Standards Board*

GAAP – *Generally Accepted Accounting Principles*

IAS – *International Accounting Standards*

IASB – *International Accounting Standards Board*

IFRS – *International Financial Reporting Standard*

NCRF – Norma Contabilística e de Relato Financeiro

PME – Pequenas e Médias Empresas

PIR – *Post Implementation Review*

POC – Plano Oficial de Contabilidade

RAI – Resultado Antes de Impostos

RLP – Resultado Líquido do Período

ROA – *Return on Assets*

ROE – *Return on Equity*

SFAS – *Statement Financial Accounting Standards*

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

UE – União Europeia

## 1. Introdução

### 1.1 Enquadramento do tema e motivações

O conceito de *goodwill* aparece associado às operações de concentração de atividades empresariais (CAE), representando, na sua essência, o montante pago em excesso face ao justo valor dos ativos líquidos entidade adquirida, ou, dito de outra forma, reflete a medida do valor intrínseco dos seus capitais imateriais. Em termos práticos, sendo teoricamente possível adquirir separadamente aquele conjunto de ativos ao seu justo valor no mercado, o investidor está, todavia, disposto a pagar um prémio – o *goodwill* – com vista à aquisição daqueles ativos no contexto de um negócio em funcionamento.

Seetharaman *et al.* (2004) indicam-nos que o primeiro artigo científico em torno do conceito de *goodwill* remonta ao ano de 1884 e foi publicado por William Harris na revista *The Accountant* tendo primeiro o debate sobre esta temática sido lançado por Francis More num artigo publicado em 1891 na mesma revista, permanecendo um tema altamente controverso até à atualidade (Garcia *et al.*, 2018). Ao longo de mais de um século, foram inúmeros os avanços e recuos na interpretação da natureza económica do *goodwill*, na definição dos pressupostos relativos ao seu reconhecimento e, principalmente, no que se refere à sua mensuração subsequente<sup>i</sup>.

Atualmente, os normativos contabilísticos de referência a nível internacional<sup>ii</sup> prescrevem um modelo de contabilização do *goodwill* adquirido no âmbito das CAE<sup>iii</sup> que prevê o seu reconhecimento inicial como um ativo, sujeito a testes anuais de imparidade na mensuração subsequente, não sendo, portanto, permitida a sua amortização sistemática. Não obstante, literatura recente demonstra-nos que o modelo da imparidade envolve a aplicação de inúmeros julgamentos e estimativas, introduzindo relevantes fatores de complexidade e discricionariedade, sendo altamente discutível que os benefícios decorrentes da sua implementação superem os custos associados, principalmente no que se refere à qualidade

---

<sup>i</sup> “As different perceptions of goodwill make sense at difference at different times and across different countries, we truly believe that nobody can afford to be dogmatic about goodwill” (Garcia *et al.*, 2018)

<sup>ii</sup> SFAS 141 “Business Combinations” e SFAS 142 “Goodwill and other intangible assets” (emitidas pelo FASB, 2001) IFRS 3 “Business combinations” e IAS 36 “Impairment of assets” (emitidas pelo IASB, 2005).

<sup>iii</sup> o *goodwill* gerado internamente não pode ser reconhecido por não cumprir os critérios de reconhecimento como um ativo.

da informação financeira para os investidores e os credores [e.g. Carvalho *et al.* (2010), Johansen and Plenborg (2013)].

Com efeito, no âmbito do “*Post Implementation Review of IFRS 3 Business Combinations*” (2015), particularmente no que se refere à avaliação quanto à eficácia dos testes de imparidade ao *goodwill* (os quais devem ser realizados nos termos da IAS 36), o IASB veio a admitir a necessidade de uma revisão normativa a respeito dos requisitos exigidos para a realização dos referidos testes, tendo sido inclusivamente discutida a possibilidade de o *goodwill* voltar a estar sujeito a amortização sistemática<sup>iv</sup>.

Por outro lado, no contexto europeu, a União Europeia (EU) vem assumir a seguinte posição em 2013: “*a legislação contabilística da União precisa encontrar um equilíbrio adequado entre os interesses dos destinatários das demonstrações financeiras e o interesse das empresas em não serem indevidamente sobrecarregadas com requisitos de divulgação*”<sup>v</sup>. A estratégia da UE assenta numa iniciativa de contornos políticos que passa pela simplificação de um conjunto de normas, incluindo as normas de relato financeiro e de auditoria às demonstrações financeiras, com vista à redução dos custos de contexto nas pequenas e médias empresas (PME), reforçando a competitividade do mercado único, e que culminou, entre outras medidas, com a aprovação da Diretiva 2013/34/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013.

Em Portugal, a transposição daquela Diretiva materializou-se com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, que veio introduzir significativas alterações ao Sistema de Normalização Contabilística, aplicáveis a partir de 01/01/2016, entre as quais destacamos a definição de uma nova política de contabilização dos ativos intangíveis (incluindo o *goodwill*), os quais passaram a estar sujeitos a amortização sistemática durante um período que não pode exceder 10 anos, conforme imposto pela Diretiva.

Esta alteração ao normativo contabilístico nacional proporciona a oportunidade para a elaboração de estudo empírico sobre o impacto da amortização do *goodwill* na rentabilidade

---

<sup>iv</sup> Em dezembro de 2017 o IASB acabou por deliberar não ser pertinente a reintrodução do modelo de amortização, uma vez que não haviam surgido novos e convincentes argumentos a favor dessa tese; no entanto decorrem ainda os trabalhos sobre a eventual simplificação de alguns aspetos da IAS 36

<sup>v</sup> Considerando (4) da Diretiva 2013/34/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas.

das empresas portuguesas, complementado com uma análise e reflexão sobre respetivas consequências indiretas, nomeadamente no que refere à eventual deterioração dos indicadores económico-financeiros mais utilizados por um conjunto alargado de utilizadores das demonstrações financeiras (as rentabilidades do capital próprio e do ativo enquanto medidas de performance, e os graus de autonomia financeira e de equilíbrio financeiro mínimo como medidas de posição financeira), com possíveis implicações, por exemplo, nas condições de acesso ao financiamento bancário e respetivo custo, ou o acesso a determinados programas de apoio do Estado e da União Europeia.

## 1.2 Objetivos e metodologia

Segundo Carvalho *et al.* (2010), os estudos recentes sobre *accounting diversity* têm procurado avaliar, nos diferentes países, o impacto da transição para as IAS/IFRS na informação financeira, mais concretamente ao nível dos resultados e dos capitais próprios<sup>vi</sup>.

Alguns destes estudos demonstram que os ajustamentos decorrentes das alterações ao tratamento contabilístico do *goodwill* são dos mais relevantes [e.g. Callao *et al.* (2007); Perramon e Amat (2006); Stenka e Ormrod (2007); Athanasios *et al.* (2007); Tsalavoutas e Evans (2007); Aubert e Grudnitski (2008)].

---

<sup>vi</sup> Os impactos das alterações de políticas contabilísticas nas demonstrações financeiras não decorrem apenas da transição entre normativas, mas também das sucessivas alterações das próprias normas já em vigor. Veja-se, por exemplo, o caso da **Sonae MC** que, tendo analisado o impacto da **IFRS 16 – Locações** nas demonstrações financeiras de 2018 (*a IFRS 16 revista entra em vigor apenas em 01/01/2019 e introduz significativas alterações à contabilização dos contratos de locação, nomeadamente, quanto registo destes contratos nas DF dos locatários, através do reconhecimento de um reconhecimento de um direito de uso do ativo e de um passivo de locação correspondente ao valor presente de futuros pagamentos de locação*), concluiu o seguinte (dados não auditados):

- o EBITDA subjacente aumenta 105 milhões, para 423 milhões, em resultado sobretudo da remoção de cinco milhões de rendas de veículos e equipamentos e de 99 milhões de rendas de imóveis;
- a margem EBITDA subjacente aumenta 2,4 p.p. para 9,8%;
- os resultados antes de impostos diminuem 14 milhões para 166 milhões, em consequência dos ajustamentos em amortizações e em juros terem um impacto na demonstração de resultados superior ao do ajustamento em rendas;
- os fundos de acionistas diminuem 86 milhões para 675 milhões, no seguimento do reconhecimento no balanço do ‘novo’ passivo de locação de 859 milhões e do ‘novo’ ativo de direito de uso de 773 milhões;
- o rácio Dívida financeira líquida / EBITDA subjacente é reajustado para 3,5x, devido aos referidos impactos na dívida financeira líquida e no EBITDA subjacente.

Fonte: <https://eco.sapo.pt/2019/04/02/sonae-mc-reve-normas-contabilisticas-peso-da-divida-quase-duplica/> (acedido em 07/04/2019)

Mais concretamente, Perramon e Amat (2006) concluem que os fatores que mais influenciaram os resultados na transição para as IAS/IFRS no Reino Unido foram a contabilização ao justo valor dos instrumentos financeiros e o novo tratamento contabilístico do *goodwill*. Ainda no Reino Unido, Stenka e Ormrod (2007) demonstraram que o aumento dos resultados à data da transição para as IAS/IFRS foi na ordem dos 39%, dos quais 24% dizem respeito ao *goodwill*.

A literatura existente demonstra-nos que existe uma correlação positiva entre o aumento dos resultados (e dos capitais próprios) na transição para um normativo contabilístico que proíbe a amortização do *goodwill* [Perramon e Amat (2006), Stenka e Ormrod (2007), Stenka *et al.* (2008)]. Com base nesta teoria, assume-se que a transição para um normativo que imponha a amortização sistemática do *goodwill* acarrete impactos negativos nos resultados na estrutura financeira das empresas.

O objetivo do presente estudo é então determinar se a introdução do modelo de amortização sistemática do *goodwill* conduz a uma deterioração significativa dos indicadores económico financeiros mais utilizados pela generalidade dos utentes das demonstrações financeiras como um todo. Para tanto, procurou dar-se resposta à seguinte questão de partida:

***“Existem diferenças significativas nos rácios económico-financeiros das empresas provocadas pela adoção do modelo de amortização sistemática do goodwill?”***

O contributo deste trabalho é relevante uma vez que incide sobre os impactos de uma alteração ao normativo contabilístico aplicável ao *goodwill* que abrange as empresas portuguesas detentoras de participações financeiras em 31/12/2016 ao abrigo do SNC, e não apenas as empresas cotadas conforme a generalidade dos estudos anteriores.

Por outro lado, procuramos contribuir para a literatura existente com a análise do impacto da transição do normativo contabilístico aplicável ao *goodwill*, abrangendo os impactos globais no contexto dos pequenos e médios grupos empresariais.



Finalmente, consideramos que os resultados do nosso estudo podem ser de grande interesse para o debate sobre se o regime da amortização sistemática do *goodwill* tende a ser aquele que melhor reflete uma mais adequada relação custo/benefício nas PME.

Encontramos na literatura diversos estudos sobre o impacto da amortização do *goodwill* sobre os mais variados indicadores. As abordagens utilizadas passam pela comparação desses indicadores antes e após o efeito da referida amortização [e.g. Jennings *et al.* (2001); Moehrle *et al.* (2001); Li e Meeks (2006); Churyk e Chewning (2003)].

Consistente com literatura existente, o nosso estudo será conduzido através da análise comparativa da qualidade dos principais rácios económico-financeiros das empresas, com e sem o efeito da amortização do *goodwill* imposta pelas alterações recentes ao normativo contabilístico nacional:

- **Return on Equity (ROE)** – medido pela relação entre os resultados líquidos e os capitais próprios, “este rácio é grande utilidade para os investidores pois o que eles pretendem é conhecer a rentabilidade das suas aplicações” (Brandão, 2014: 44)
- **Return on Assets (ROA)** – medido pela relação entre o nível de autofinanciamento (resultado líquido + depreciações e amortizações) e ativo líquido; também designado de “*Earning Power*”, este rácio também pode ser calculado utilizando o resultado antes de impostos e gastos de financiamento (RAIFG, ou EBIT na terminologia anglo-saxónica) e “exprime a rentabilidade do ativo da empresa, isto é, dos recursos aplicados independentemente de serem em ativos não correntes ou correntes” (Brandão, 2014: 43).
- **Autonomia Financeira (AF)** – medido pelo peso dos capitais próprios sobre o ativo total, “este rácio exprime em que medida o Ativo está a ser financiado por capitais próprios e por capitais alheios, ou seja, pelo esforço financeiro dos acionistas e dos credores” (Brandão, 2014: 46)
- **Equilíbrio Financeiro Mínimo (EFM)** – medido pela relação entre os capitais permanentes ou de longo prazo (capital próprio e passivo não corrente) e o ativo não corrente, “este indicador exprime a importância dos capitais permanentes no financiamento do ativo não corrente; por outras palavras, analisa em que medida os investimentos são financiados por capitais de longo prazo” (Brandão, 2014: 47)

### 1.3 Delimitação do estudo

A presente dissertação limita-se ao estudo dos impactos do modelo de amortização sistemática do *goodwill* adquirido através de operações de concentração de atividades empresariais, não cobrindo, portanto, as temáticas relacionadas com a contabilização do *goodwill* gerado internamente. Não nos debruçaremos também sobre o tratamento contabilístico do *goodwill* negativo, menos frequente e, por natureza, não sujeito a amortização.

O referencial contabilístico de base é o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) adotado em Portugal, sendo feitas referências às duas versões do normativo aplicáveis a esta temática (2010 e 2016), e, pontualmente aos normativos internacionais de referência (IASB e FASB) por serem os motores das principais alterações que vão sendo introduzidas na generalidade dos normativos nacionais.

### 1.4 Estrutura da dissertação

O presente trabalho encontra-se seis capítulos:

- No Capítulo 1 apresentamos as motivações para a nossa investigação, fazendo ainda uma breve descrição dos objetivos do estudo e da metodologia utilizada;
- O segundo Capítulo é dedicado à revisão da literatura sobre o *goodwill*, cobrindo aspetos como a sua natureza económica e financeira, o *core-goodwill*, o *goodwill* negativo, o *goodwill* gerado internamente, terminando com uma exploração do normativo contabilístico aplicável;
- A apresentação do nosso estudo empírico é efetuada nos Capítulos 3 e 4, nos quais damos enquadramento teórico às hipóteses de investigação, efetuamos a caracterização da amostra e apresentamos a metodologia utilizada;
- No quinto capítulo analisamos e interpretamos os resultados obtidos e apresentamos as principais conclusões da nossa investigação;
- Finalmente, no Capítulo 6, descrevemos as limitações do estudo e apresentando-se algumas pistas para investigação futura.

## 2. Revisão de literatura

### 2.1 Enquadramento teórico: em torno do conceito de *goodwill*

“O *goodwill* representa a vontade do proprietário de um negócio em abdicar do seu interesse no mesmo, transferindo-o para a propriedade de um terceiro, por um determinado preço, o que é reconhecido como sendo a venda do *goodwill* desse mesmo negócio.”

(in “*A counting house dictionary*”, 1882)<sup>vii</sup>

“O *goodwill* representa a boa relação estabelecida entre um negócio e os seus clientes, e que é calculado como parte do seu valor quando o negócio é vendido.”

(in “*Oxford advanced learner’s dictionary*”, 2015)<sup>viii</sup>

O *goodwill* é comumente designado como representando o valor extra atribuído a uma entidade (ou empresa) em virtude da sua marca (gerada internamente), reputação, posição no mercado, fidelização de clientes, relação com os bancos e fornecedores, entre outros elementos difíceis de identificar e mensurar. Estes ativos intangíveis representam capital imaterial capaz de gerar lucros no futuro, podendo afirmar-se assim que o *goodwill* é um ativo de extrema importância para as empresas – é aquele elemento que lhes atribuiu a sua característica distintiva.

De acordo com a NCRF<sup>ix</sup> 6 – Ativos intangíveis (e a IAS<sup>x</sup> 38 – *Intangible assets*, no normativo IASB), qualquer dispêndio para adquirir ou gerar internamente um ativo intangível deve ser reconhecido como gasto quando incorrido. Nestes termos, apenas poderão ser capitalizados no ativo os dispêndios que cumpram, cumulativamente, as seguintes condições:

- (i) façam parte de um ativo intangível que satisfaça os critérios de reconhecimento (i.e., identificabilidade, controlo sobre um recurso e existência de benefícios económicos futuros), ou

---

<sup>vii</sup> “*Goodwill is the willingness of an owner of a business to relinquish the expectation of the business by transferring it for a consideration to someone else, which is known as “selling the goodwill of that business”* na versão original.

<sup>viii</sup> “*Goodwill is the good relationship between a business and its costumers that is calculated as part of its value when it is sold*” na versão original.

<sup>ix</sup> Norma Contabilística e de Relato Financeiro (que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística adotado em Portugal através do Decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

<sup>x</sup> *International Accounting Standard* (que integra o conjunto de normas emitidas pelo IASB).

- (ii) que sejam adquiridos numa concentração de atividades empresariais (CAE) e que não possam ser reconhecidos como ativos intangíveis, devendo ser, neste caso, atribuídos ao *goodwill* à data de aquisição.

Em resumo, podemos afirmar que o *goodwill*, tal como apurado de acordo com o quadro normativo em vigor,

- numa perspetiva eminentemente financeira, representa o valor atual dos *cash flows* supranormais que o investidor espera obter através da utilização dos ativos líquidos adquiridos na concentração,
- sob ponto de vista económico, incorpora o pagamento dos ativos intangíveis gerados internamente e não reconhecidos pela adquirida.

Conforme já referido, a interpretação sobre a natureza do *goodwill* evoluiu significativamente ao longo das décadas, assim como têm sido frequentes as alterações ao respetivo tratamento contabilístico. Ding *et al.* (2008) identificam e classificam as seguintes fases do *goodwill accounting*:

Quadro 1 – As diversas fases do reconhecimento inicial do *goodwill*, de 1880 à atualidade

Período	Fase	Descrição
1880 – fim do séc. XIX	<b>Estática pura</b>	O <i>goodwill</i> é considerado um elemento irrelevante no Balanço, sendo amortizado totalmente no ano de aquisição
Início do séc. XX – início da década de 80	<b>Estática enfraquecida</b>	O <i>goodwill</i> praticamente não é reconhecido, ou reconhecido por um valor reduzido
Década de 80 – fim do séc. XX	<b>Dinâmica</b>	O <i>goodwill</i> é reconhecido, sendo considerado como tendo uma vida útil finita, tendo de ser amortizado durante esse período
Início do séc. XXI - atualidade	<b>Atual</b>	O <i>goodwill</i> é reconhecido, sendo considerado como tendo uma vida útil indefinida, não sendo portanto objeto de amortização, e estando sujeito a testes de imparidade anuais

Apesar do amplo consenso sobre as regras do reconhecimento inicial do *goodwill* como um ativo (e.g. Johnson e Petrone, 1998), ainda é possível encontrar na doutrina recente autores que defendem que o *goodwill* não deve sequer ser reconhecido no balanço (e.g. Slater, 1995).

Não obstante todas as dúvidas que permanecem em torno da interpretação da natureza económica do *goodwill*, na generalidade dos organismos de normalização contabilística, de entre os quais destacamos o IASB e o FASB, assume-se a política de reconhecimento do *goodwill* como um ativo sujeito a testes de imparidade anual ou a amortização sistemática na mensuração subsequente).

De referir, por fim, que por uma questão conservadorismo e prudência, para que o *goodwill* seja reconhecido no balanço de uma empresa deve existir uma presunção suficientemente razoável sobre a sua existência, o que apenas se verifica quando o mesmo é adquirido (Carvalho, 2015). Daqui se extrai que apenas o *goodwill* que emerge numa CAE (p.ex. uma fusão ou uma aquisição de partes sociais) poderá ser reconhecido como um ativo no balanço da adquirente, sendo sobre este que vamos incidir o nosso trabalho.

## **2.2 O *goodwill* e o *core-goodwill***

Através de uma concentração de atividades empresariais (por exemplo, uma fusão ou uma aquisição de partes de capital) uma entidade (a adquirente) visa obter influência significativa (ou controlo) sobre outra entidade ou atividade (a adquirida). Nos termos da NCRF 14 (tal como na IFRS 3), a contabilização de uma CAE deve ser efetuada através do método da compra. A aplicação do método da compra determina que sejam identificados, separados e reconhecidos autonomamente todos os ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida pelos respetivos justos valores à data da concentração (incluindo todos aqueles que não tenham reconhecidos pela adquirida por não cumprirem os respetivos critérios de reconhecimento), por forma a que o valor a atribuir ao *goodwill* seja o menor possível (e que represente apenas o *core-goodwill*<sup>xi</sup>).

---

<sup>xi</sup> De acordo com a interpretação do IASB, o *core-goodwill* representa a soma dos justos valores do elemento “continuidade” (*going-concern goodwill*) e das sinergias esperadas e outros benefícios da concentração (*combination goodwill*) – (in “IFRS 3 – Basis for conclusions”, 2011).

Assim, quando o preço da concentração excede o *core-goodwill* é provável que estejam a ser adquiridos outros recursos não identificáveis com valor económico para o investidor – nesta perspectiva, o *goodwill* representa um prémio.

Seguindo o racional implícito nesta abordagem, deveria ser possível separar (e quantificar) o *goodwill* nas suas várias componentes, que seriam sujeitas a tratamentos contabilísticos distintos:

Quadro 2 – As componentes do *goodwill*

Componente	Comentários	Tratamento contabilístico mais apropriado (conceptualmente)
1 Diferença entre o justo valor e o valor contabilístico dos ativos líquidos identificados	Não representa um ativo em si mesmo, antes representa um ganho não refletido no ativo líquido da adquirida	Reconhecimento como parte do valor de outros ativos, sujeito a depreciação de acordo com as respetivas vidas úteis
2 Justo valor de outros ativos líquidos que a adquirida não tenha reconhecido (ex. ativos intangíveis que não cumpriam os critérios de reconhecimento)	Conceptualmente representa ativos intangíveis que deveriam ter sido reconhecidos individualmente como tal	Reconhecimento como um ou mais ativos intangíveis (identificáveis), sujeito a amortização de acordo com as respetivas vidas úteis
3 Justo valor do elemento “continuidade” (maior taxa retorno pela concentração do que através da aquisição dos ativos individualmente)	<b><i>Going-concern goodwill</i></b>	<b><i>Core-goodwill</i></b> Reconhecimento como <i>goodwill</i> separado e sujeito a amortização anual e/ou testes de imparidade anuais
4 Justo valor das sinergias esperadas e outros benefícios da concentração	<b><i>Combination goodwill</i></b>	
5 Sobrevalorização do preço a pagar resultante de erros de avaliação do justo valor dos ativos líquidos da adquirida	Erro(s) de mensuração	Perda reportada à data da concentração
6 Pagamento em excesso	Teoricamente nenhum investidor paga em excesso voluntariamente, todavia pode ocorrer em situações em que existem vários interessados na concentração	Perda reportada à data da concentração

Fonte: IFRS 3 – *Basis for conclusions*, 2011

As componentes 1 e 2 não fazem parte do *core-goodwill* pois representam ativos e responsabilidades que não se encontram mensurados no balanço da adquirida ao seu justo valor, mas também todos os ativos intangíveis identificáveis e não reconhecidos pela adquirida à data da concentração. Normalmente, são ativos que rapidamente se tornam obsoletos devido a alterações tecnológicas, devendo ser depreciados/amortizados em função das respetivas vidas úteis esperadas.

As componentes 5 e 6 representam pagamentos em excesso devido a erros de mensuração ou a prémios, não cumprindo os critérios de reconhecimento como um ativo, devendo ser separados e imediatamente reconhecidos como perdas.

As componentes 3 e 4 representam o *core-goodwill*, aquilo a que os investidores designam por *excess earning power*, isto é, a expectativa do incremento nos ganhos da entidade em resultado da concentração<sup>xii</sup>.

Em conclusão, podemos afirmar que o *goodwill* corresponde ao excedente pago pelo adquirente com vista ao exercício de influência significativa (ou controlo) sobre a adquirida, e representa a expectativa do valor atual dos fluxos de caixa supranormais esperados com relação às sinergias geradas pela concentração. Com efeito, o *goodwill* é apurado após todos os ativos, passivos e ativos contingentes serem reconhecidos e valorizados, não devendo representar qualquer ativo identificável ou controlável separadamente. Assim, a correta aferição do montante a atribuir ao *goodwill* é de extrema relevância no contexto dos normativos contabilísticos aplicáveis, pois será esse o valor a considerar para efeitos de teste de imparidade anual (ou amortização sistemática).

---

<sup>xii</sup> *Excess earning power* = (Ganhos futuros – Ganhos normais) / Taxa de capitalização

Onde: Ganhos futuros = média histórica, ajustada pela nova informação

Ganhos normais = justo valor dos ativos identificados x taxa de retorno normal

Taxa de retorno normal = taxa de retorno normal da indústria

Taxa de capitalização = taxa de desconto aprovada para a empresa

Fonte: <https://www.money-zine.com/definitions/investing-dictionary/excess-earning-power/>

(consultado em 28/01/2018)

### 2.3 O *goodwill* negativo

Nos casos em que o montante pago pelo adquirente é inferior ao respetivo interesse no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida, o *goodwill* apurado é negativo (ou “*badwill*”), e pode ocorrer “ocasionalmente nos casos de venda forçada” em que “o vendedor age por compulsão”<sup>xiii</sup>. De acordo com Rodrigues (2016), também podemos atribuir o *goodwill* negativo às seguintes situações: (i) quando são esperadas perdas operacionais futuras ou outras perdas decorrentes de reestruturações na investida (p.ex. rescisões de contratos), ou (ii) quando existe previsão de resultados futuros inferiores ao normal.

O *goodwill* negativo deve ser reconhecido como um ganho na esfera da adquirente. Todavia, antes de reconhecer como ganho o valor da compra abaixo do preço, a adquirente deve reavaliar se foram identificados corretamente todos os ativos adquiridos e passivos assumidos, reconhecendo quaisquer ativos ou passivos adicionais identificados nessa revisão. O objetivo da norma é assegurar que o justo valor da adquirida reflete toda a informação disponível à data da concentração (par. 50 da NCRF 14).

Quanto ao tratamento contabilístico do *badwill*: nos termos do par. 48 da NCRF 14, a adquirente deve reconhecer o ganho nos resultados à data da sua realização, isto é, por exemplo, proporcionalmente às amortizações e depreciações registadas para os ativos adquiridos na CAE, ou, aquando de uma eventual venda da participação (o que equivale a dizer que, à data da concentração, o ganho deve ser diferido). Já a IFRS 3 prevê que a adquirente reconheça a diferença negativa como um ganho à data da concentração.

### 2.4 O *goodwill* gerado internamente

Outro aspeto incontornável na teoria do *goodwill accounting* prende-se com o capital intangível criado através do *goodwill* gerado internamente, o qual corresponde à expectativa de acréscimos na rentabilidade futura da empresa mas que não pode ser reconhecido como um

---

<sup>xiii</sup> NCRF 14, par. 48 e 49



ativo por não corresponder a um “recurso identificável, controlado pela entidade e que possa ser mensurado com fiabilidade<sup>xiv</sup>”.

Com efeito, é comum numa CAE existir o pagamento de um prémio correspondente à estimativa da rentabilidade futura dos ativos adquiridos e/ou das sinergias esperadas da concentração. Assim, e no pressuposto do correto apuramento do valor daquele prémio (que corresponde ao *core-goodwill*) a CAE apenas faz emergir o *goodwill* latente da adquirida, aquele que foi gerado internamente e que não pôde, pelos motivos acima referidos, ser capitalizado.

A proibição do reconhecimento do *goodwill* gerado internamente é talvez o único aspeto que reúne consensos no âmbito do *goodwill accounting*. A razão para a proibição da capitalização do *goodwill* gerado internamente assenta no princípio da prudência<sup>xv</sup>, da mensuração inicial dos ativos pelo custo histórico<sup>xvi</sup>, sendo o principal argumento para o afastamento dessa possibilidade a (diríamos, total) ausência de objetividade e fiabilidade na sua mensuração. Com efeito, o *goodwill* é um item que não permite um uso alternativo, não é separável e incorpora benefícios futuros incertos. Dito de outra forma, o *goodwill* de uma entidade existe pelo uso combinado e específico dos outros ativos e que, no seu conjunto, são suscetíveis de proporcionar benefícios económicos acima do esperado, quando comparados com os de uma entidade semelhante.

A possibilidade de capitalização do *goodwill* gerado internamente poderia levar ao risco de sobrevalorização do ativo da empresa, criando-se um ambiente totalmente permeável à manipulação de resultados e de outros indicadores das demonstrações financeiras.

Arriscamo-nos a dizer que é altamente provável que os resultados dos testes imparidade ao *goodwill* adquirido através de uma CAE venham a ser influenciados pelo *goodwill* entretanto gerado internamente. Na prática é impossível distinguir que componente dos *cash flows* supranormais esperados resulta de uma eventual “renovação” do *goodwill* subsequente à CAE.

---

<sup>xiv</sup> Critérios de reconhecimento de um ativo de acordo com a estrutura conceptual do SNC e do IASB.

<sup>xv</sup> A prudência é a inclusão de um grau de precaução no exercício dos juízos necessários ao fazer as estimativas necessárias em condições de incerteza, de forma que os ativos ou os rendimentos não sejam sobreavaliados e os passivos e os gastos não sejam subavaliados (SNC, Estrutura conceptual, par. 37).

<sup>xvi</sup> As rubricas reconhecidas nas demonstrações financeiras são mensuradas ao custo de aquisição ou de produção (Anexo ao Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de junho (SNC), ponto 2.8.1).

Esta possibilidade, a ocorrer, consubstancia-se numa capitalização indireta de *goodwill* gerado internamente pós-CAE, afetando a qualidade e a comparabilidade da informação financeira, sendo um dos argumentos utilizados em favor do modelo da amortização sistemática do *goodwill*.

## 2.5 Enquadramento normativo

### 2.5.1 Reconhecimento inicial

Conforme vem sendo referido, o *goodwill* vem assumindo ao longo de várias décadas um papel altamente controverso na teoria da contabilidade. A diversidade de opiniões atinge não só os critérios de reconhecimento e mensuração iniciais, mas, principalmente, as temáticas relacionadas com mensuração subsequente e as divulgações.

É possível identificar na literatura 4 teorias para a contabilização do *goodwill* baseadas na interpretação do seu conceito económico (*e.g.* Seetharaman *et al.*, 2004):

- 1) O *goodwill* deve ser desreconhecido imediatamente na data da aquisição;
- 2) O *goodwill* não deve ser desreconhecido, a menos que haja forte evidência para o fazer;
- 3) O *goodwill* deve ser capitalizado e amortizado sistematicamente durante um período de tempo adequado;
- 4) O *goodwill* deve ser capitalizado e sujeito a testes de imparidade anuais;

Não obstante as divergências doutrinárias, a teoria que subjaz à abordagem atual dos organismos reguladores, conforme referido anteriormente, é a de que o *goodwill* corresponde à diferença entre o valor pago pela concentração e o justo valor da adquirida, teoria que assenta na presunção de que o negócio em andamento valerá mais do que a soma líquida dos seus ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis e passíveis de reconhecimento em separado:

Quadro 3 – Definição de *goodwill* nos normativos: IFRS, SFAS e SNC

Normativo		Definição de <i>goodwill</i>
IASB	IFRS 3	“O <i>goodwill</i> é um pagamento feito pela adquirente em antecipação de benefícios económicos futuros de ativos que não sejam capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos.”
FASB	SFAS 142	<i>Goodwill is “the excess of the cost of an acquired entity over the net of the amounts assigned to assets acquired and liabilities assumed. The amount recognized as goodwill includes acquired intangible assets that do not meet the criteria in FASB Statement No. 141, Business Combinations, for recognition as an asset apart from goodwill.”</i>
SNC	NCRF 14	“O <i>goodwill</i> corresponde a benefícios económicos futuros resultantes de ativos que não são capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos

### 2.5.2 Mensuração subsequente

Nas últimas décadas os modelos geralmente adotados para mensuração subsequente do *goodwill* têm sido o da imparidade e o da amortização sistemática, tendo-se verificado uma razoável convergência a nível internacional pelo modelo da imparidade. Conforme se observa a partir do Quadro 4, no normativo internacional vigorou o modelo da amortização sistemática até ao início do século XXI, tendo a grande reforma do regime de mensuração subsequente do *goodwill* sido levada a efeito com a adoção das SFAS 141 e 142 pelo FASB nos EUA em 2011, e da IFRS 3 pelo IASB em 2004. Já em Portugal, o regime da amortização sistemática vigorou até à entrada em vigor do SNC, em 2010, sendo substituído pelo modelo da imparidade, até à nova reforma do SNC em 2016, tendo sido reintroduzido<sup>xvii</sup>. Quintas (2016) apresenta-nos o resumo das vantagens e desvantagens dos dois modelos (Quadro 5).

Quadro 4 – A mensuração subsequente do *goodwill* (FASB, IASB, POC/SNC), desde 1985 à atualidade

<sup>xvii</sup> No Anexo 1 expomos uma cronologia detalhada do desenvolvimento dos normativos contabilísticos e das temáticas relacionadas com a contabilização do *goodwill*.

Período	Normativo FASB
Até 15/12/2001	<b>APB 17</b> Amortização sistemática do <i>goodwill</i> por um período máximo de 40 anos
Após 15/12/2001	<b>SFAS 142</b> Proibição de amortização do <i>goodwill</i> Realização de testes de imparidade anuais ao nível da unidade geradora de caixa
Período	Normativo IASB
Até 31/03/2004	<b>IAS 22</b> Amortização sistemática do <i>goodwill</i> por um período máximo de 20 anos
Após 01/04/2004	<b>IFRS 3</b> Proibição de amortização do <i>goodwill</i> Realização de testes de imparidade anuais ao nível da unidade geradora de caixa
Período	Normativo Português
Até 31/12/2009	<b>POC</b> Amortização sistemática do <i>goodwill</i> por um período máximo de 5 anos
01/01/2010 – 31/12/2015	<b>NCRF 14</b> Proibição de amortização do <i>goodwill</i> Realização de testes de imparidade anuais ao nível da unidade geradora de caixa
Após 01/01/2016	<b>NCRF 14</b> Amortização sistemática do <i>goodwill</i> por um período máximo de 10 anos

Quadro 5.1 – Vantagens e desvantagens do modelo de testes de imparidade do *goodwill*

Testes de imparidade anual	
Vantagens	Gasto reconhecido apenas quando incorrido
	Efeito positivo no resultado da empresa
	Mais consistente com a realidade económica da empresa e dos negócios
Desvantagens	Extremamente vulnerável à discricionariedade
	Perda imputável aos resultados apenas quando o negócio entra em dificuldades de gerar <i>cash flow</i>
	Volatilidade dos resultados
	Excessiva complexidade na execução dos testes de imparidade

Quadro 5.2 – Vantagens e desvantagens do modelo amortização sistemática do *goodwill*

Amortização sistemática	
Vantagens	Gasto reconhecido de forma linear e previsível
	Efeito linear no resultado da empresa
	Incorpora maior prudência
	Permite melhores índices de comparabilidade
Desvantagens	Subjetividade na determinação da vida útil
	Efeito positivo nos resultados após último ano de amortização
	Tende a não refletir a realidade económica da empresa e dos negócios

O modelo da imparidade na mensuração subsequente do *goodwill* tem sido referido na literatura (*e.g.*, Zhang e Zhang, 2007; Poel *et al.*, 2008; Ramanna e Watts, 2012), como altamente permissível à manipulação de resultados através de práticas de *big bath*, via alisamento dos resultados ou através do não reconhecimento de perdas por imparidade (ou reconhecidas por valores pouco expressivos ou de forma intempestiva). Com efeito, vários estudos demonstram (*e.g.*, Herz *et al.*, 2001; Jordan *et al.*, 2007; Jordan e Clark, 2004; Jordan e Clark, 2005; Bens e Heltzer, 2006) que a respetiva abordagem, baseada em princípios, tem sido permissiva aos mais diversos juízos e interpretações, proporcionando oportunidades para a escolha do momento do reconhecimento das perdas assim como dos respetivos montantes. A literatura existente demonstra que a gestão dos resultados é uma realidade, sendo a discricionariedade permitida nas normas que regulam os testes de imparidade ao *goodwill*, designadamente a IAS 36 e a SFAS 121, uma das principais oportunidades para o gestores empreenderam essas práticas.

Estas questões emergiram para o centro do debate na sequência da crise financeira de 2008, que veio proporcionar evidência sobre a prática de manipulação de resultados em torno da contabilização do *goodwill*. Por exemplo, de acordo com o *ESMA report* (2013)<sup>xviii</sup>, as empresas cotadas na UE registaram no período subsequente à crise perdas por imparidade no *goodwill* que em média não ultrapassavam os 5% do respetivo valor, quando os mercados financeiros se encontravam em stress negativo durante esse período. Este relatório sugere que o modelo

<sup>xviii</sup> European Securities and Markets Authority (2013) “*European enforcers review of impairment of goodwill and other intangible assets in the IFRS financial statements*”.

de imparidade do *goodwill* proporciona discricionarieidade aos gestores para a manipulação dos resultados<sup>xix</sup>.

## **2.6 A Diretiva 2013/34/EU as alterações aos normativos nacionais para as empresas não cotadas**

Neste cenário, surge a publicação da Diretiva 2013/34/ UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga as Diretivas 78/660/CEE (4.<sup>a</sup> Diretiva) e 83/349/CEE (7.<sup>a</sup> Diretiva) do Conselho, vem estabelecer um modelo de relato financeiro contabilístico que se distancia, em determinados aspetos, das normas internacionais emitidas pelo IASB e pelo FASB, sendo que uma das alterações conceptuais mais relevantes é o tratamento contabilístico do *goodwill* na mensuração subsequente.

Em Portugal, a transposição daquela Diretiva concretizou-se com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, que veio introduzir significativas alterações ao Sistema de Normalização Contabilística, aplicáveis a partir de 01/01/2016, entre as quais destacamos a definição de uma nova política de contabilização dos ativos intangíveis (incluindo o *goodwill*), os quais passaram a estar sujeitos a amortização sistemática durante um período que não pode exceder 10 anos. De referir que, muito embora não tenha sido prevista a aplicação retrospectiva, o novo modelo de contabilização aplica-se igualmente ao *goodwill* associado a investimentos financeiros detidos à data da transição.

Esta alteração veio impor às entidades sujeitas ao SNC a identificação e apuramento do valor do *goodwill* implícito no custo de aquisição dos seus investimentos financeiros, sujeitando-o

---

<sup>xix</sup> No Anexo 2 apresentamos um resumo da literatura relevante relacionada com a teoria da manipulação de resultados através da contabilização do *goodwill*, nas seguintes vertentes: (i) imparidade de ativos, (ii) a reação dos mercados de capitais à imparidade do *goodwill*, (iii) mensuração subsequente do *goodwill* e manipulação dos resultados, e (iv) motivações à manipulação de resultados no tratamento contabilístico do *goodwill*.

a amortização sistemática pelo período de vida útil estimada (caso a mesma seja mensurável com fiabilidade), ou durante 10 anos, a partir de 2016.

Neste contexto é de esperar que as empresas portuguesas que adotam o SNC e que detenham investimentos financeiros ao abrigo da NCRF 14 passem a registar nas suas demonstrações financeiras a amortização do respetivo *goodwill*, suportando assim, um efeito negativo nos resultados, no capital próprio e no total do ativo que, em casos extremos, pode conduzir à falência técnica no médio prazo.

### 3. Objetivos do estudo e hipóteses de investigação

O objetivo do presente estudo é determinar se a introdução do modelo de amortização sistemática do *goodwill* conduz a uma deterioração significativa dos principais indicadores económico financeiros das empresas portuguesas que adotam o SNC.

Assim, para avaliar os impactos da amortização do *goodwill* na rentabilidade das empresas e na estrutura das respetivas demonstrações financeiras será estudada a seguinte hipótese de investigação:

***H<sub>0</sub>: Não existem diferenças significativas no rácio  $R_i$  provocadas pela adoção do modelo de amortização sistemática do goodwill***

A nossa H<sub>0</sub> assenta na hipótese de que o modelo de amortização do *goodwill* não tem impactos significativos sobre os principais indicadores económico-financeiros das empresas que adotam o SNC, sendo portanto o modelo que melhor se adapta à realidade deste universo de entidades em comparação com o complexo e oneroso modelo da imparidade.

Para tanto, a nossa investigação foi conduzida com de acordo com o seguinte processo:

- i) foi extraída da base de dados SABI a informação financeira relativa ao ano 2016 para todas as entidades portuguesas que adotam o SNC e que apresentavam a rubrica de “Investimentos financeiros” no balanço
- ii) foram eliminadas todas as entidades não classificadas como “sociedades” (ex: fundações, associações e entidades com forma jurídica “não definida”) assim como todas as entidades não ativas (ex: entidades em dissolução, em liquidação e em processo de insolvência)
- iii) seguidamente foram desconsideradas todas as empresas que não registaram qualquer amortização do *goodwill* em 2016
- iv) com base na amostra final, foram calculados os 4 indicadores de referência com base nas demonstrações financeiras (sendo 2 de rentabilidade económica e 2 de estrutura financeira) comparando-se os respetivos valores com e sem amortização do *goodwill*
- v) finalmente, após o processo de ajustamento e cálculo dos indicadores de acordo com os dois modelo de contabilização, foi aferida a significância estatística do efeito da amortização do *goodwill* em cada um desses rácios.



## 4. Metodologia

### 4.1. Desenho da investigação e do modelo de estudo

Encontram-se na literatura diversos estudos sobre os impactos da transição entre normativos contabilísticos, quer do ponto de vista da repercussão sobre as principais rubricas ou indicadores, quer no que tange à qualidade da informação financeira [*e.g.* Tsalavoutas e Evans (2007); Callao *et al* (2007); Bellas *et al.* (2007); Cordeiro *et al.* (2007); Lopes e Viana (2008)].

No seguimento dos estudos prévios sobre esta temática, a presente investigação estuda a hipótese da amortização do *goodwill* registada nos termos da alteração introduzida ao normativo contabilístico aplicável a partir de 2016 comportarem repercussões relevantes nos seguintes indicadores serem relevantes para a análise da empresa como um todo:

Tabela 1 – Definição de indicadores

<b>Indicadores de rentabilidade</b>	<b>ROE</b>	Resultado líquido do período / Capital próprio (R <sub>1</sub> )
	<b>ROA</b>	Autofinanciamento / Total do Ativo (R <sub>2</sub> )
<b>Indicadores de estrutura</b>	<b>AF</b>	Capital próprio / Total do Ativo (R <sub>3</sub> )
	<b>EFM</b>	Ativo não corrente / Capitais permanentes (R <sub>4</sub> )

Legenda:

ROE - *Return on Equity*

ROA - *Return on Assets*

AF - Autonomia Financeira

EFM - Equilíbrio financeiro mínimo

Autofinanciamento = Resultado antes de impostos + Depreciações + Amortizações + Provisões

Capitais permanentes = Capital próprio + Passivo não corrente

Assim, como indicadores de rentabilidade, optámos por usar o ROE (medido pelo resultado líquido sobre o total do capital próprio) e o ROA (medido pelo nível de autofinanciamento do período sobre o ativo líquido). Como indicadores de posição financeira, optámos pelo índice de AF (medido pelo capital próprio a dividir pelo total do ativo) e o grau de EFM (medido pelo total de ativo não corrente a dividir pelos capitais permanentes, i.e., o capital próprio e o passivo não corrente).

Para dar resposta à questão de investigação, seguimos a metodologia de Callao *et al.* (2000), através da qual os autores analisaram o efeito do *accounting diversity* sobre a interpretação da informação financeira, verificando a existência ou não de diferenças significativas entre os rácios financeiros calculados sob diferentes normativos. Foi também considerada a metodologia seguida por Carvalho *et al.* (2010) na avaliação dos impactos da imparidade do *goodwill* na transição para a IFRS 3 por parte dos grupos portugueses cotados na *Euronext* Lisboa.

Assim, a informação foi analisada com base nas seguintes variáveis:

$R_i$  valor do rácio  $R_i$  calculado de acordo com o normativo de 2016 (i.e., com o efeito da amortização do *goodwill*)

$R_i^*$  valor do rácio  $R_i$  calculado sem o efeito da amortização do *goodwill*

## 4.2. Definição e caracterização da amostra

Os dados usados neste estudo foram obtidos através da base de dados SABI, uma base de dados que compila a informação financeira anual de todas as empresas portuguesas (e espanholas) e que é gerida pela *Bureau van Dijk*. Fizemos uma seleção de todas as entidades que reportavam investimentos financeiros no balanço em 31/12/2016, com valor acima de 10.000 euros. Este ponto de corte visou excluir as entidades que reportam pequenos investimentos financeiros, os quais são mensurados ao custo, não sendo por isso enquadráveis no objeto do nosso estudo. A informação qualitativa sobre o conjunto de empresas da amostra é apresentada no Anexo I.

Tabela 2 – Definição da amostra base

	N observações
<b>Amostra inicial</b>	<b>37.629</b>
Entidades excluídas da amostra:	
- Entidades não reportadas como “sociedades” (1)	-319
- Entidades não reportadas como “ativas” (2)	-3.476
- Entidades que não reportam amortização de <i>goodwill</i> (3)	-32.983
<b>Amostra base final</b>	<b>851</b>

- (1) Foram eliminadas da amostra todas as associações, fundações, cooperativas, sociedades anónimas desportivas, “entidades estrangeiras” e entidades (juridicamente) “não definidas”, devido às particularidades (legais e normativas) inerentes
- (2) Foram igualmente eliminadas as entidades em liquidação, em dissolução, em processo de insolvência, e “temporariamente inativas”
- (3) Finalmente, foram retiradas da amostra todas as entidades que não reportaram amortização do *goodwill* e que, por esse motivo, não fornecem dados essenciais para a nossa análise<sup>xx</sup>

Por fim, a partir da nossa amostra base contruímos as quatro amostras relevantes para o estudo da nossa hipótese sobre cada um dos quatro rácios referidos, tendo identificado as variáveis relevantes para cada indicador sob estudo e as observações com dados relevantes em cada caso:

Tabela 3 – Definição das variáveis a incluir nas amostras específicas

	Variável incluindo o valor da amortização do <i>goodwill</i>	Variável excluindo o valor da amortização do <i>goodwill</i>
<b>Amostra ROE</b>	Resultado líquido do período Capital Próprio Rácio ROE	Resultado líquido do período* Capital Próprio* Rácio ROE*
<b>Amostra ROA</b>	Autofinanciamento Total do Ativo Rácio ROA	Autofinanciamento* Total do Ativo* Rácio ROA*
<b>Amostra AF</b>	Capital Próprio Total do Ativo Rácio AF	Capital Próprio* Total do Ativo* Rácio AF*
<b>Amostra EFM</b>	Capitais Permanentes Ativo não Corrente Rácio EFM	Capitais Permanentes* Ativo não Corrente* Rácio EFM*

<sup>xx</sup> Não é possível aferir a razão pela qual estas entidades não registaram qualquer amortização do *goodwill* em 2016; todavia, consistente com a literatura existente [e.g. Jordan e Clark (2004), Carvalho *et al.* (2010)], há a possibilidade de terem ocorrido práticas de manipulação de resultados na transição.

Na determinação das diversas amostras, foram eliminadas as seguintes observações:

- (1) Amostra ROE: todas as observações com capital próprio negativo ou nulo e as que reportaram rácios anormais;
- (2) Amostra ROA: todas as observações com ativo líquido igual a zero;
- (3) Amostra AF: todas as observações com ativo líquido igual a zero e as que reportaram rácios anormais; e
- (4) Amostra EFM: todas as observações com ativo não corrente igual a zero e as que reportaram rácios anormais.

Tabela 4 – Determinação das amostras finais

	<i>Amostra ROE</i>	<i>Amostra ROA</i>	<i>Amostra AF</i>	<i>Amostra EFM</i>
<b>Amostra-base</b>	<b>851</b>	<b>851</b>	<b>851</b>	<b>851</b>
Observações sem informação relevante	-71	-2	-2	-2
<i>Outliers</i>	-7	0	-162	-54
<b>Amostra final</b>	<b>773</b>	<b>849</b>	<b>687</b>	<b>795</b>

### 4.3. Estatística descritiva

No presente capítulo levamos a efeito uma breve análise descritiva dos rácios em estudo e, bem assim, das variáveis métricas utilizadas para o seu cálculo. Para cada uma das variáveis apresentam-se o respetivo mínimo e máximo, tendo sido calculadas as medidas de tendência central (média e mediana) e o desvio padrão. Na Tabela 5 apresentam-se as estatísticas descritivas das características genéricas das amostras, divididas em quatro painéis, de A a D, para cada um dos rácios em estudo.

Através da análise descritiva, podemos verificar a enorme amplitude dos valores da amostra. Por exemplo, em termos médios o resultado líquido do período atinge os 1,8 milhões de euros, enquanto a respetiva mediana ascende a apenas 187 mil euros. Já o nível de autofinanciamento atinge uma média de 11,8 milhões de euros para uma mediana de 801 mil euros, o que ilustra bem o peso das depreciações e amortizações nos resultados deste conjunto de empresas. O capital próprio regista o valor de 21 milhões de euros em termos médios, sendo a mediana apenas de 8 mil euros. Quanto ao total do ativo, a média e mediana são, respetivamente, 41 milhões e 7 milhões de euros. Finalmente, o ativo não corrente e os

capitais permanentes apresentam médias de 31,5 e 32,0 e medianas de 4,6 e 5,3 milhões de euros, respetivamente.

No que se refere aos rácios, conforme expectável, a diferença entre as medidas de tendência central são muito menos acentuadas, registando-se as seguintes médias e medianas, respetivamente: ROE (9,4% e 7,9%), ROA (26,2% e 16,8%), AF (50,0% e 41,6%) e EFM (122,2% e 103,3%). De realçar ainda o elevado desvio padrão em todas as variáveis, o que sugere uma enorme variabilidade dos valores observados face à respetiva média.

Tabela 5 – Estatística descritiva

Painel A: Return on Equity						
	<i>Resultado Líquido do Período</i>	<i>Resultado Líquido do Período*</i>	<i>Capital Próprio</i>	<i>Capital Próprio*</i>	<i>Return on equity</i>	<i>Return on equity*</i>
	(mEUR)	(mEUR)	(mEUR)	(mEUR)		
<b>N</b>	773	773	773	773	773	773
Média	1 823	2 186	21 375	21 737	0,0938	0,1418
Mediana	187	273	3 117	3 243	0,0796	0,1063
Mínimo	-32 695	-31 686	8	13	-1,7050	-1,3219
Máximo	140 456	141 353	885 609	894 198	1,9169	1,4347
Desvio padrão	8 857	9 258	69 675	70 201	0,2835	0,2403

  

Painel B: Return on Assets						
	<i>Auto financiamento</i>	<i>Auto financiamento*</i>	<i>Ativo Líquido</i>	<i>Ativo Líquido*</i>	<i>Return on assets</i>	<i>Return on assets*</i>
	(mEUR)	(mEUR)	(mEUR)	(mEUR)		
<b>N</b>	849	849	849	849	849	849
Média	11 917	12 303	41 106	41 493	0,2624	0,2766
Mediana	801	1 005	7 436	7 662	0,1685	0,1833
Mínimo	-62 023	-62 022	18	18	-1,6610	-1,5383
Máximo	1 188 735	1 188 934	1 629 090	1 629 290	2,4353	2,4188
Desvio padrão	71 459	71 652	144 031	144 565	0,3527	0,3444

  

Painel C: Autonomia Financeira						
	<i>Capital Próprio</i>	<i>Capital Próprio*</i>	<i>Ativo Líquido</i>	<i>Ativo Líquido*</i>	<i>Autonomia financeira</i>	<i>Autonomia financeira*</i>
	(mEUR)	(mEUR)	(mEUR)	(mEUR)		
<b>N</b>	687	687	687	687	687	687
Média	21 155	21 536	41 438	41 819	0,5003	0,5081
Mediana	2 508	2 650	7 179	7 240	0,4158	0,4225
Mínimo	2	11	18	18	0,0006	0,0029
Máximo	885 609	894 198	1 629 090	1 629 290	0,8937	0,8968
Desvio padrão	64 915	65 434	151 486	152 051	0,2365	0,2324

Painel D: Equilíbrio Financeiro Mínimo

	<i>Ativo não corrente</i>	<i>Ativo não corrente*</i>	<i>Capitais permanentes</i>	<i>Capitais permanentes*</i>	<i>Equilíbrio financeiro mínimo</i>	<i>Equilíbrio financeiro mínimo*</i>
	(mEUR)	(mEUR)	(mEUR)	(mEUR)		
N	795	795	795	795	795	795
Média	32 567	32 965	32 083	32 481	1,2229	1,2142
Mediana	4 660	4 749	5 277	5 389	1,0332	1,0314
Mínimo	9	10	17	17	0,0105	0,0983
Máximo	1 577 739	1 586 329	1 540 045	1 548 635	4,9948	4,6723
Desvio padrão	117 197	117 758	110 078	110 666	0,7066	0,6754

#### 4.4. Testes à correlação, assimetria, achatamento e normalidade das distribuições

Sendo a normalidade um dos pressupostos para a utilização dos testes paramétricos na avaliação da significância da diferença da média de duas amostras, efetuámos a análise à normalidade das distribuições com recurso ao teste de *Kolmogorov-Smirnov* e *Shapiro-Wilk*.

Conforme já referido, para todas as variáveis métricas em análise, o valor médio é significativamente maior que o da respetiva mediana, significando que as distribuições são assimétricas positivas (ou enviesadas à esquerda), influenciadas pelos valores extremamente altos. Já no que concerne aos rácios, verifica-se, naturalmente, um enviesamento menos acentuado.

Por outro lado, a correlação das variáveis é expectável uma vez que o emparelhamento das amostras está garantido. No Apêndice 1 apresentam-se os resultados da análise às correlações entre as variáveis.

Através da análise aos coeficientes de assimetria (*skewness*) e de achatamento (*kurtosis*) podemos aferir quanto ao grau de afastamento de uma certa distribuição em relação à distribuição normal (Murteira *et al.*, 2002: 219). Conforme os resultados apresentados no Apêndice 2, de uma forma geral, os rácios seguem distribuições assimétricas positivas e leptocúrtica (exceto o rácio de AF, que segue uma distribuição assimétrica positiva e platicúrtica).

Nos Apêndice 2 e 3 apresentamos os resultados dos testes aos coeficientes de assimetria e achatamento e os resumos dos testes de *Kolmogorov-Smirnov* e de *Shapiro-Wilk* para avaliação da normalidade da distribuição dos rácios.

Em ambos os testes, todos os rácios apresentam um  $p < 0,01$ , concluindo-se pela violação do requisito da normalidade das distribuições, não sendo possível a aplicação do teste *t de student* para a igualdade das médias. Neste contexto, verificando-se o requisito da correlação, recorreremos ao correspondente teste não paramétrico para a igualdade das médias entre duas amostras emparelhadas, o *Wilcoxon Signed Rank Test*.

## 5. Resultados e conclusões

A reintrodução do modelo amortização sistemática do *goodwill* no normativo contabilístico nacional motivou a nossa investigação sobre os impactos dessa alteração na informação financeira das empresas. Com o objetivo de averiguar a relevância dos impactos da referida transição de normativo, procurámos evidência empírica que nos permitisse responder à seguinte questão de investigação:

***“Existem diferenças significativas nos rácios económico-financeiros das empresas provocadas pela adoção do modelo de amortização sistemática do goodwill?”***

Conforme descrito no capítulo anterior, para dar resposta a esta questão de investigação, foram aplicados testes de igualdade de médias para amostras emparelhadas. Uma vez que não foi possível assegurar o pressuposto da normalidade das distribuições, usámos o teste não paramétrico de *Wilcoxon*.

Assim, a hipótese nula  $H_0$  foi analisada a partir do *Wilcoxon Signed Rank Test* tendo sido rejeitada para todos os pares em análise (com  $p < 0,01$ ). Na Tabela 6 apresentamos os resultados dos testes.

Tabela 6 – Teste não paramétrico para as diferenças das médias do rácio  $R_i$

	<i>ROE &amp; ROE*</i>	<i>ROA &amp; ROA*</i>	<i>AF &amp; AF*</i>	<i>EFM &amp; EFM*</i>
<i>Wilcoxon Signed Ranks Test</i>				
N	773	849	687	795
Z	-23,607	-24,038	-22,707	-4,604
Sig. (2-tailed)	0,000	0,000	0,000	0,000

Os resultados não suportam assim a hipótese nula, tendo-se encontrado evidência empírica da relevância estatística da diferença das médias relativamente todos os rácios em estudo.



As evidências apresentadas confirmam assim que a alteração do normativo contabilístico aplicável ao *goodwill* introduzido pelo Decreto-Lei 98/2015 comporta impactos significativos nos resultados das empresas, tal como haviam concluído *a contrario* Perramon e Amat (2006), Stenka e Ormrod (2007), Stenka *et al.* (2008), Carvalho *et al.* (2010).

Com base no número de *ranks* positivos e negativos (Tabela 7), podemos confirmar o sinal das variações esperadas em cada variável. Os rácios ROE, ROA e AF registaram uma evolução positiva quando calculados sem o efeito da amortização sistemática do *goodwill* para a quase totalidade das observações, o que se explica pela melhoria nos resultados e nos capitais próprios pelo efeito da eliminação daquele gasto. Já no que se refere ao rácio EFM, verifica-se uma tendência para o equilíbrio entre a quantidade de *ranks* positivos e negativos, assim como uma reduzida amplitude entre as somas dos mesmos, o que se explica pela variação das variáveis usadas no seu cálculo, que assumirão um impacto em termos absolutos maior no ativo não corrente ou no capitais permanentes consoante a estrutura do respetivo balanço.

Tabela 7 – Resultados do *Wilcoxon test*’ *Ranks*

	<i>ROE &amp; ROE*</i>	<i>ROA &amp; ROA*</i>	<i>AF &amp; AF*</i>	<i>EFM &amp; EFM*</i>
<i>Ranks</i>				
<i>Ranks</i> positivos	767	812	687	339
Soma dos <i>Ranks</i>	296 175	352 227	306 153	128 386
<i>Ranks</i> negativos	6	37	0	456
Soma dos <i>Ranks</i>	2 976	8 598	0	188 024

Reservamos para o final uma reflexão sobre a tão desejada harmonização contabilística. Não obstante os esforços recentes dos principais organismos reguladores internacionais, nomeadamente o IASB e o FASB, temos assistido ao longo das décadas a uma considerável ausência de harmonização de políticas no concerne ao tratamento contabilístico do *goodwill*, mais concretamente no que se refere à mensuração subsequente, com a alternância entre os modelos da amortização e da imparidade. As consequências desta dualidade de critérios de mensuração (que se verificou no passado a nível internacional, mas também, no presente entre diferentes normativos aplicáveis a nível local), mostram-se tanto mais relevantes quanto mais significativos vão sendo os valores apurados do *goodwill* que emergem das CAE,

nomeadamente nas fusões e aquisições entre grandes grupos internacionais. Não podemos deixar de constatar que as constantes alterações ao modelo de contabilização do *goodwill* tem prejudicado a consistência e a comparabilidade da informação financeira.

Cingindo-nos à realidade do tecido empresarial português, este estudo vem corroborar que as alterações sistemáticas aos diversos normativos acarretam prejuízos efetivos para a qualidade da informação financeira, neste caso, provocando enviesamento na análise dos indicadores económico-financeiros por diminuição dos resultados e dos capitais próprios sem que qualquer perda de valor tenha efetivamente ocorrido.

Este ambiente de instabilidade normativa não é favorável às pequenas empresas e pequenos grupos empresariais que operam em economias mais frágeis e que sejam altamente dependentes do capital alheio, cujos financiadores aplicam modelos de análise de risco que têm como ponto de partida uma avaliação dos indicadores económico-financeiros das empresas, entre dos quais se incluem aqueles sobre quais incidiu o nosso estudo.

Não obstante, não nos é possível inferir a partir destes resultados que o modelo de amortização não seja aquele que apresenta uma mais razoável relação custo/benefício para as PME e pequenos grupos empresariais, tendo em conta a complexidade técnica e os custos inerentes ao modelo da imparidade.

## 6. Limitações e perspectivas futuras

É importante considerar as limitações do presente estudo e sugerir tópicos para investigação futura. Em primeiro lugar gostaríamos de salientar a enorme quantidade de empresas que apresentam investimentos financeiros e que não destacaram o *goodwill* no seu balanço em 31/12/2016. De acordo com a nossa amostra inicial (N=37.929, das quais 3.795 foram eliminadas por se referirem a entidades inativas ou sem dados relevantes), o peso relativo das empresas que reportam *goodwill* no balanço de 2016 é de apenas 2,5% (correspondendo a 851 observações num universo de 32.982 empresas).

Este facto pode ter origem em várias circunstâncias, desde logo, (i) não haver *goodwill* intrínseco nos investimentos financeiros detidos, (ii) o mesmo ser de difícil identificação e mensuração com fiabilidade ou, ainda, (iii) terem ocorrido práticas de cumprimento pouco rigoroso (por desconhecimento, descuido ou conveniência) das normas contabilísticas resultantes das alterações ao SNC em 2016. Consistente com a literatura existente sobre a manipulação de resultados na transição entre normativos [e.g. Jordan e Clark (2004), Carvalho *et al.* (2010)], inclinamo-nos para esta última hipótese. Em bom rigor, nunca o saberemos – esta análise carecia de um estudo casuístico dos respetivos relatórios e contas das empresas incluídas na amostra.

A segunda grande limitação do nosso estudo prende-se com o facto de a nossa investigação debruçar-se sobre os dados financeiros relativos ao primeiro ano de aplicação do novo normativo. Podemos supor que uma grande parte dos preparadores das demonstrações financeiras não tenham tido condições para aplicar as novas regras no ano de transição. Por essa razão, pode esperar-se um aumento da qualidade da informação nos anos subsequentes.

Para investigação futura sugere-se o alargamento da base da amostra através da inclusão de pares observações/ano, assim como fazer incidir a análise sobre indicadores alternativos das demonstrações, quantitativos e/ou qualitativos.

Outra sugestão para investigação futura seria a avaliação do impacto da alteração à NCRF 6 nos restantes ativos intangíveis.

## Apêndice 1 – Resultados da análise às correlações entre as variáveis

	<i>ROE &amp; ROE*</i>	<i>ROA &amp; ROA*</i>	<i>AF &amp; AF*</i>	<i>EFM &amp; EFM*</i>
N	773	849	687	849
Correlação	0,859	0,998	0,998	0,994
Sig.	0,000	0,000	0,000	0,000

## Apêndice 2 – Resultados dos testes aos coeficientes de assimetria e achatamento

	<i>ROE</i>	<i>ROE*</i>	<i>ROA</i>	<i>ROA*</i>	<i>AF</i>	<i>AF*</i>	<i>EFM</i>	<i>EFM*</i>
N	773	773	849	849	687	687	795	795
Assimetria ( <i>skewness</i> )	5,573	2,870	1,792	1,899	0,180	0,189	2,145	2,055
Achatamento ( <i>kurtosis</i> )	61,103	89,278	7,664	7,843	-0,975	-0,974	6,266	5,687

## Apêndice 3 – Resultados dos testes de *Kolmogorov-Smirnov* e de *Shapiro-Wilk*

	<i>ROE</i>	<i>ROE*</i>	<i>ROA</i>	<i>ROA*</i>	<i>AF</i>	<i>AF*</i>	<i>EFM</i>	<i>EFM*</i>
<b><i>Kolmogorov-Smirnov</i></b>								
N	773	773	849	849	687	687	795	795
Estatística	0,274	0,304	0,146	0,144	0,070	0,072	0,174	0,172
df	764	764	849	849	687	687	795	795
Sig.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
<b><i>Shapiro-Wilk</i></b>								
N	773	773	849	849	687	687	795	795
Estatística	0,470	0,387	0,821	0,818	0,957	0,956	0,805	0,814
Estatística	0,470	0,387	0,821	0,818	0,957	0,956	0,805	0,814
df	764	764	849	849	782	782	795	795
Sig.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

## Bibliografia

- Athanasios, B., Kanellos, T., & Konstantinos, P. (2007). The Consequences of Applying International Accounting Standards (IAS) to the Financial Statements of Greek Companies. *30<sup>th</sup> Annual Congress of the European Accounting Association*. April, Lisboa, Portugal.
- Aubert, F., & Grudnitski, G. (2008). *The Impact and Importance of Mandatory Adoption of International Financial Reporting Standards in Europe*. Working Paper, SSRN.
- Bellas, A., Toudas, K., & Papadatos, K. (2007). The consequences of applying International Accounting Standards (IAS) to the financial statements of Greek companies. *30<sup>th</sup> Annual Congress of European Accounting Association*, April, Lisboa, Portugal.
- Bens, D., & Heltzer, W. (2006). *The Information Content and Timeliness of Fair Value Asset Impairment Triggers: Goodwill Write-offs Before, During and After Implementation of SFAS 142*. Working Paper, University of Arizona.
- Brandão, E. (2014). *Finanças - 8.<sup>a</sup> Edição*. Porto: Porto Editora.
- Callao, S., & Laínez, J. A. (2000). The Effect of Accounting Diversity on International Financial Analysis: Empirical Evidence. *The International Journal of Accounting*, 35(1), 65-83.
- Callao, S., Jarne, J. I., & Laínez, J. A. (2007). Adoption of IFRS in Spain: Effect on the comparability and relevance of financial reporting. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 16, 148-178.
- Carvalho, C. M. (2015). O Goodwill e o seu tratamento contabilístico pós adoção das IFRS: uma análise nas empresas da Euronext Lisbon. *Tese de Doutoramento em Contabilidade, Universidade de Aveiro, Portugal*.
- Carvalho, C., Rodrigues, A. M., & Ferreira, C. (2010a). Imparidade do goodwill na transição para a IFRS3: o caso o português. *Estudos do ISCA*, 4(1), 1-17.
- Carvalho, C., Rodrigues, A. M., & Ferreira, C. (2010b). A mensuração subsequente do goodwill e a sua contribuição para a manipulação dos resultados: uma revisão da literatura. *XIV Encuentro AECA*. Coimbra.
- Churyk, N. T., & Chewning, J. E. (2003). Goodwill and amortization: Are they value relevant? *Academy of Accounting and Financial Studies Journal*, 7(2), 57.
- Comissão de Normalização Contabilística (CNC) (2009). Norma Contabilística e de Relato Financeiro n° 14 – Concentrações de atividades Empresariais.
- Comissão de Normalização Contabilística (CNC) (2009). Norma Contabilística e de Relato Financeiro n° 6 – Ativos Intangíveis.

- Comissão de Normalização Contabilística (CNC) (2015). Norma Contabilística e de Relato Financeiro nº 14 – Concentrações de atividades Empresariais.
- Comissão de Normalização Contabilística (CNC) (2015). Norma Contabilística e de Relato Financeiro nº 6 – Ativos Intangíveis.
- Cordeiro, R., Couto, G., & Silva, F. (2007). *Measuring the Impact of International Financial Reporting Standards (IFRS) in Firm Reporting: The Case of Portugal*. Working Paper, SSRN.
- Ding, Y., Richard, J., & Stolowy, H. (2008). Towards an understanding of the phases of goodwill accounting in four Western capitalist countries: from stakeholder model to shareholder model. *Accounting, Organizations and Society*, 33, 718-755.
- European Financial Reporting Advisory Group (EFRAG) (2014) Should Goodwill Still not be Amortised.
- European Financial Reporting Advisory Group (EFRAG) (2015) Post-implementation Review of IFRS 3 Business Combinations.
- European Securities and Markets Authority (ESMA) (2014). Review in the Application of Accounting Requirements for Business Combinations in IFRS Financial Statements.
- Financial Accounting Standards Board (FASB) (1995). Statement of Financial Accounting Standards Board nº121 - *Accounting for the Impairment of Long-Lived Assets and for Long-Lived Assets to Be Disposed Of*.
- Financial Accounting Standards Board (FASB) (2001). Statement of Financial Accounting Standards Board nº141 - *Business Combinations*.
- Financial Accounting Standards Board (FASB) (2001). Statement of Financial Accounting Standards Board nº142 – *Goodwill and other intangible assets*.
- Garcia, C., Katsuo, Y, & Mourik, C. (2018). Goodwill accounting standards in the United Kingdom, the United States, France, and Japan. *Accounting History*, 23(3), 314-337.
- Herz, R., Iannaconi, T., Maines, L., Palepu, K., Ryan, S., Schipper, K., . . . Vicent, L. (2001). Equity Valuation Models and Measuring Goodwill Impairment. *Accounting Horizons*, 161-170.
- International Accounting Standards Board (IASB) (2003). IFRS 36 – *Impairment of Assets*.
- International Accounting Standards Board (IASB) (2009). IFRS 3 – *Business Combinations*.
- International Accounting Standards Board (IASB) (2017). Agenda Paper 18B - Reintroduction of amortisation of goodwill.
- Jennings, R., LeClere, M., & Thompson, R. (2001). Goodwill Amortization and the Usefulness of Earnings. *Financial Analysts Journal*, 57(5), 20-28.
- Johansen, T. R., & Plenborg, T. (2013). Prioritising disclosures in the annual report. *Accounting and Business Research*, 43(6), 605-635.

- Johnson, L., & Petrone, K. (1998). IS Goodwill an Asset? *Accounting Horizons*, 12(3), 293-303.
- Jordan, C., & Clark, S. (2004). Big Bath Earnings Management: The Case of Goodwill Impairment under SFAS n° 142. *Journal of Applied Business Research*, 20(2), 63-70.
- Jordan, C., & Clark, S. (2005). Using Goodwill Impairment to Accomplish Big Bath Earnings Management: An Empirical Study. *Journal of Business and Economics Perspectives*, 31(1), 80-87.
- Jordan, C., Clark, S., & Vann, C. (2007). Using Goodwill Impairment to Effect Earnings Management during SFAS n° 142's Year of Adoption and Later. *Journal of Business e Economic Research*, 5(1), 23-30.
- Li, K., & Meeks, G. (2006). *The Impairment of Purchased Goodwill: Effects on the Market Value*. Working paper, University of Cambridge, 1-40.
- Lopes, P., & Viana, R. (2008). *The Transition to IFRS: Disclosures by Portuguese Listed Companies*. Working Paper, Faculdade de Economia do Porto.
- Morteira, B., Ribeiro, C. S., Silva, J. A. & Pimenta, C. (2002), *Introdução à Estatística*, Amadora: McGraw-Hill.
- Moehrle, S., Reynolds-Moehrle, J., & Wallace, J. (2001). How Informative Are Earnings Numbers That Exclude Goodwill Amortization? *Accounting Horizons*, 15(3), 243-255.
- Ordem dos Contabilistas Certificados (2016). Parecer Técnico n° 17054 – Goodwill (Interpretação sobre a aplicação retropositiva).
- Parlamento Europeu e do Conselho (2013). Diretiva 2013/34/EU de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas.
- Perramon, J., & Amat, O. (2006). *IFRS Introduction And Its Effect On Listed Companies In Spain*. Economics Working Papers(975).
- Poel, K., Maijoor, S., & Vanstraelen, A. (2008). Implementation of IFRS within Europe: The Case of Goodwill. *31st Annual Congress of European Accounting Association*. Rotterdam.
- Quintas, J. M. (2016). Aquisição de participações - ilustração prática da NCRF 14 e IFRS 3 revista. *Revisores e Auditores*, Outubro-Dezembro, 31-45.
- Ramanna, K., & Watts, R. L. (2012). Evidence on the use of unverifiable estimates in required goodwill impairment. *Review of Accounting Studies*, 17(4), 749-780.
- Rodrigues, J. (2016). *Sistema de Normalização Contabilística Explicado* (6a ed.). Porto: Porto Editora.
- Seetharaman, A., Balachandran, M., & Saravanan, A. S. (2004). Accounting treatment for goodwill: yesterday, today and tomorrow – Problems and prospects in the international perspective. (5, Ed.) *Journal of Intellectual Capital*, 1, 131-152.

- Slater, A. (1995). The Nature of Goodwill. *Australian Tax Review*, 24(1), 31-56.
- Sistema de Normalização Contabilística (SNC) (2010). Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de junho.
- Sistema de Normalização Contabilística (SNC) (2016). Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.
- Stenka, R., & Ormrod, P. (2007). The Impact of IFRS Adoption in the UK - Issues Group Accounting. *3<sup>rd</sup> Annual Workshop, European Financial Reporting Group - Accounting in Europe*. September, France.
- Stenka, R., Ormrod, P., & Chan, A. (2008). *Accounting for Business Combinations - The Consequences of IFRS Adoption for UK Listed Companies*. Working Paper, SSRN.
- Tsalavoutas, I., & Evans, L. (2007). *Comparing International Financial Reporting Standards (IFRSs) and Greek GAAP: Financial Statements Effects*. Workshop on Accounting in Europe. France.
- Zhang, I., & Zhang, Y. (2007). *Accounting Discretion and Purchase Price Allocation after Acquisitions*. Working Paper.



## Anexo I – Distribuição da amostra por setores de atividade

Setores de atividade	N	%
Sociedades gestoras de participações sociais não financeiras	169	19,86%
Comércio a retalho de produtos farmacêuticos	75	8,81%
Atividades das sedes sociais	70	8,23%
Outras atividades de consultoria para os negócios e a gestão	39	4,58%
Compra e venda de bens imobiliários	36	4,23%
Comércio de veículos automóveis ligeiros	13	1,53%
Comércio a retalho em supermercados e hipermercados	12	1,41%
Outras atividades de serviços de apoio prestados às empresas	11	1,29%
Comércio por grosso de outras máquinas e equipamentos	9	1,06%
Comércio a retalho em supermercados e hipermercados	9	1,06%
Hotéis com restaurante	8	0,94%
Atividades de consultoria em informática	8	0,94%
Laboratórios de análises clínicas	7	0,82%
Comércio a retalho de combustível para veículos a motor	6	0,71%
Transporte interurbano em autocarros	6	0,71%
Restaurantes tipo tradicional	6	0,71%
Atividades de contabilidade e auditoria; consultoria fiscal	6	0,71%
Fabricação de embalagens de plástico	5	0,59%
Fabricação de estruturas de construções metálicas	5	0,59%
Produção de eletricidade de origem eólica, geotérmica, solar e de origem	5	0,59%
Comércio por grosso de produtos farmacêuticos	5	0,59%
Comércio por grosso de produtos petrolíferos	5	0,59%
Comércio por grosso não especializado	5	0,59%
Comércio a retalho de material ótico, fotográfico, cinematográfico e de instrumentos de precisão	5	0,59%
Transportes rodoviários de mercadorias	5	0,59%
Organização do transporte	5	0,59%
Atividades de engenharia e técnicas afins	5	0,59%
Atividades das agências de viagem	5	0,59%
Atividades de prática médica de clínica especializada, em ambulatório	5	0,59%
Outros (com menos de 5 observações)	301	35,37%
Total	851	100,00%

Anexo II - Cronologia do desenvolvimento dos normativos contabilísticos e das temáticas relacionadas com a contabilização do *goodwill*.

Ano	País	Norma	
1891			Primeiro debate em torno do <i>goodwill</i> , por Francis More
1909			Henry R. Hatfield apresenta duas abordagens diferentes para a avaliação do <i>goodwill</i> : 1) Capitalizar os lucros líquidos 2) Capitalizar os lucros supranormais (após efeito financeiro)
1944	EUA	ARB 24	Estabelece a avaliação do <i>goodwill</i> ao custo
1953	EUA	ARB 43	Proíbe a eliminação imediata do <i>goodwill</i> contra o capital próprio
1968-1969	Austrália		Wood e Mutton defendem fortemente a amortização do <i>goodwill</i> via resultados
1970	EUA	APB <i>opinion</i> 16	<i>Goodwill</i> adquirido registado ao custo
1970	EUA	APB <i>opinion</i> 17	O <i>goodwill</i> adquirido deve ser capitalizado <b>ou</b> amortizado por um período máximo de 40 anos Proibido o desreconhecimento imediato Proibido o reconhecimento do <i>goodwill</i> gerado internamente
1973	Canadá	CICA	Aprova uma norma similar à dos EUA de 1970, sendo omissa quanto ao <i>goodwill</i> gerado internamente
1974	Canadá	CICA	Estabelece um período de vida útil arbitrário de até 40 anos
1974		IASC	Propõe um período de vida útil máximo de anos para o <i>goodwill</i>
1977	Austrália		O tema <i>goodwill</i> entra na agenda da <i>Australian Accounting Research Foundation</i>
1978	Nova Zelândia	SSAP 8	Estabelece que qualquer excedente do preço de aquisição face ao justo valor dos ativos líquidos adquiridos deve ser reconhecido como <i>goodwill</i>
1979	Nova Zelândia	SSAP 8	Recomenda que a reavaliação do <i>goodwill</i> não deve ser uma prática normal Não requer a amortização do <i>goodwill</i> O <i>goodwill</i> deve ser reportado na face do balanço com um ativo intangível
1980	Reino Unido		É proposto que o <i>goodwill</i> seja desreconhecido sistematicamente durante a sua vida útil A maioria das empresas opta pelo desreconhecimento imediato na data de aquisição
1981		IASC	Recomenda que o <i>goodwill</i> seja amortizado de forma sistemática durante a sua vida útil
1982	Reino Unido	ED 30	Permite que as empresas desreconheçam o <i>goodwill</i> imediatamente na data de aquisição ou o capitalizem, amortizando de forma sistemática durante um período recomendado de 20 anos

1983		IAS 22	Duas opções para o reconhecimento do <i>goodwill</i> : 1) Reconhecer como ativo e amortizar 2) Desreconhecer imediatamente contra o capital próprio
1984	Reino Unido	SSAP 22	Recomenda desreconhecimento imediato do <i>goodwill</i> Permite o reconhecimento como ativo com amortização sistemática
1990	Reino Unido		Propõe-se que o <i>goodwill</i> seja capitalizado e amortizado durante a sua vida útil, que não deve exceder 20 anos (em situações específicas admite-se um prazo mais alargado, porém nunca excedendo 40 anos)
1993	Reino Unido		Começa a discutir-se a possibilidade do <i>goodwill</i> não ser amortizado mas sujeito a testes de imparidade
1998		IAS 22	A IAS 22 revista prevê a possibilidade de amortizar o <i>goodwill</i> por um período superior a 20 anos, todavia sujeito a testes de imparidade
...	...	...	...
2001		IFRS 3	Proibição de amortização do <i>goodwill</i> ; Realização de testes de imparidade anuais ao nível da unidade geradora de caixa *
2001	EUA	SFAS 141	Proibição de amortização do <i>goodwill</i> ; Realização de testes de imparidade anuais ao nível da unidade geradora de caixa*
2014	EUA		Volta a discutir-se a possibilidade do <i>goodwill</i> voltar a sujeito a amortização sistemática mas sujeito a testes de imparidade *
2018		IASB	Mantém opção pelo modelo de imparidade *

Elaboração própria

Fonte: Seetharaman *et al.* (2004). *Accounting treatment for goodwill: yesterday, today and tomorrow – Problems and prospects in the international perspective*. Journal of Intellectual Capital, Vol. 5 No. 1, 131–152.

\* atualização nossa

### Anexo III - Resumo da investigação académica recente sobre o *goodwill accounting*

1 – Estudos sobre o <i>value relevance</i> do <i>goodwill</i> e das perdas por imparidade					
Autor(es)	País	Anos	<i>Goodwill</i>	Gastos com imparidade	
AbuGhazaleh <i>et al.</i> (2012)	UK (n = 528)	2005-2006		Correlação negativa com o preço das ações	
Amel-Zaned <i>et al.</i> (2013)	UK (n = 507)	2007-2011		Correlação negativa com o preço das ações e com o retorno do mercado	
Aharony <i>et al.</i> (2010)	14 EU countries (n = 2.298)	2004-2005	Assume maior relevância nas IFRS		
Chalmers <i>et al.</i> (2008)	Austrália (n = 599)	2005-2006	Assume maior relevância nas IFRS		
Chalmers <i>et al.</i> (2012)	Austrália (n = 3.328 empresas/ ano)	1993-2006	Mais útil para análise nas IFRS		
Laghi <i>et al.</i> (2013)	França, Alemanha, Itália, Portugal, Espanha (n = 835)	2008-2011	Correlação positiva com o preço das ações	Correlação negativa com o preço das ações	
Oliviera <i>et al.</i> (2010)	Portugal, (n = 354)	1998-2008	Assume maior relevância nas IFRS		
Sahut <i>et al.</i> (2011)	França, Suécia, Itália, UK (n = 1.855)	2002-2007	Correlação positiva com o preço das ações Perde relevância face a outros ativos intangíveis no período IFRS		
Su and Wells (2014)	Austrália (n = 367-309)	1998-2008	Correlação positiva com a performance futura		
Su and Wells (2014)	Austrália (n = 367-309)	1998-2008	Correlação positiva com a performance futura		
2 – Estudos sobre os incentivos para a manipulação dos resultados através da contabilização do <i>goodwill</i>					
Autor(es)	País	Anos	Alisamento de resultados, práticas de <i>big bath</i>	Compensações, duração do mandato (da Administração)	Tempestividade do registo das perdas por imparidade do <i>goodwill</i>
AbuGhazaleh <i>et al.</i> (2012)	UK (n = 507)	2005-2006	Evidência de alisamento de resultados e de práticas de <i>big bath</i> no reconhecimento de perdas por imparidade		

Amiraslani <i>et al.</i> (2013)	EU, Noruega, Suíça (n = 4.474)	2006-2011			Mais tempestiva nos países com maior regulação
Detzen and Zulch (2012)	Alemanha (n = 805 empresas / ano)	2004-2010	Evidência de alisamento de resultados		
Glaum <i>et al.</i> (2012)	21 países, incluindo as empresas dos EUA que adotam as IFRS (n = 25.046 empresas não financeiras; n = 5.427 empresas financeiras)	2005-2011	Evidência de alisamento de resultados	Em mandatos mais longos, o registo de perdas por imparidade é menos provável	Mais tempestiva nos países com maior regulação
Hamberg <i>et al.</i> (2011)	Suécia (n = 232-254)	2001-2007		Em mandatos mais longos, o registo de perdas por imparidade é menos provável	
Chalmers <i>et al.</i> (2011)	Austrália (n = 4.991 empresas/ano)	1998-2008	Mais útil para análise nas IFRS		Reflete oportunidades de investimento implícitas

### 3 – Estudos sobre o nível de cumprimento dos normativos no que se refere às divulgações

Autor(es)	País	Anos	Incidência	Divulgações	Nível de regulação
Amiraslani <i>et al.</i> (2012)	EU, Noruega, Suíça (n = 324)	2010-2011	Maior grau de cumprimento das normas de divulgação em itens que requerem menos esforço	Grau de cumprimento de 82% no que refere às divulgações sobre o goodwill	Maior grau de cumprimento das normas em empresas auditadas pelas Big 4
Camodeca <i>et al.</i> (2013)	UK (n = 85)	2007-2011	As divulgações melhoraram a partir de 2008	Falhas na divulgação de julgamentos relevantes usados nos testes de imparidade	
Carlin and Finch (2010)	Austrália (n = 50)	2005-2006		10% das empresas falharam na divulgação das taxas de desconto usadas nos testes de imparidade	
Glaum <i>et al.</i> (2012)	17 países (n = 357)	2005			Maior grau de cumprimento das normas em empresas auditadas pelas Big 4

Glaum <i>et al.</i> (2014)	21 países, incluindo as empresas dos EUA que adotam as IFRS (n = 25.046 empresas não financeiras; n = 5.427 empresas financeiras)	2005-2011	As empresas com maior rentabilidade de mercado e maior rentabilidade do ativo têm menos probabilidade de registrar perdas por imparidade		Adiamento do reconhecimento de perdas por imparidade em países com menor regulação
Guthrie and Pang (2013)	Austrália (n = 257)	2005-2010	Aumentou o número de empresas que alocaram o goodwill às UGC (passou de 61% para 80%)		
Johansen and Plenborg (2013)	Dinamarca (n = 89 preparadores de DF; n = 288 utilizadores de DF)	Pre-2013		Os requisitos de divulgação das IFRS 3 e IAS 36 são demasiado exigentes e caros na preparação das DF	

Elaboração própria.

Fonte: “*Post-implementation review of IFRS 3 Business combinations*”, EFRAG, 2015

## Anexo IV - Resumo da literatura relevante relacionada com a teoria da manipulação de resultados através da contabilização do *goodwill*

### 1 – Imparidade de ativos

Autor(es)	Resumo das conclusões
Elliot e Shaw (1988)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As imparidades refletem decisões discricionárias da gestão, com consequências económicas, dada a sua capacidade de decidir quando e por quanto contabilizar aquelas perdas</li> <li>- 39% das empresas da amostra sofreram mudanças nos seus órgãos de gestão, ou na sua direção financeira, durante o ano em que foram reconhecidas perdas por imparidade. Os novos administradores tendem a culpar os seus antecessores pelo mau desempenho, afetado pelo reconhecimento daquelas perdas, e a criar expectativas de que aquele desempenho será melhor num futuro próximo</li> </ul>
Zucca e Campbell (1992)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grande percentagem das perdas por imparidade são registadas no último quadrimestre, muito provavelmente para efeito do encerramento de contas</li> <li>- Quanto ao momento do reconhecimento das perdas por imparidade, os resultados revelam que mais de 58% das perdas foram registadas em períodos nos quais os resultados já eram inferiores ao esperado e mais de 28% parecem ter sido contabilizadas com o objetivo de alisamento de resultados</li> </ul>
Francis <i>et al.</i> (1996)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nas decisões discricionárias de imparidade de certos ativos (tal como o <i>goodwill</i>), os incentivos da gestão à manipulação dos resultados assumiram um papel importante</li> <li>- Existe uma forte correlação entre o reconhecimento de perdas por imparidade e as mudanças no órgão de gestão</li> </ul>
Riedl (2004)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A implementação da SFAS 121 e da IAS 36 apela a elevada subjetividade nas estimativas e julgamentos subjacentes, podendo até incentivar ainda a mais manipulação dos resultados por parte da gestão</li> <li>- As perdas por imparidade, após a implementação da SFAS 121, têm significativamente menos associação com fatores económicos, do que as perdas reconhecidas antes da SFAS 121, e uma maior associação com práticas de <i>big bath</i>, sugerindo uma maior manipulação dos resultados por parte dos gestores e, consequentemente uma diminuição da qualidade da informação financeira</li> </ul>
Francis <i>et al.</i> (1996) Alciatore <i>et al.</i> (1998)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A flexibilidade normativa e a utilização de critérios subjetivos nas normas podem ser estrategicamente usadas pela gestão para ajustar o momento e a quantia das perdas a reconhecer</li> </ul>
Alciatore <i>et al.</i> (1998)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As perdas por imparidade podem ir, em média, dos 4% aos 19,4% do total dos ativos, o que vem demonstrar que as normas contabilísticas permitem um elevado grau de discricionariedade na determinação do montante e do momento de reconhecimento das perdas por imparidade de alguns ativos, nomeadamente do <i>goodwill</i></li> </ul>

### 2 – A reação dos mercados de capitais à imparidade do *goodwill*

Autor(es)	Resumo das conclusões
Massoud e Raiborn (2003)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os gestores tenderão a optar por reconhecer as perdas por imparidade em períodos nos quais os resultados gerados estão substancialmente acima das expectativas dos investidores, afetando a qualidade da informação financeira</li> </ul>
Watts (2003)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A adoção da SFAS 121 poderá contribuir para um aumento da incidência de práticas fraudulentas na informação financeira</li> </ul>
Stallworth e DiGregorio (2005)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A alteração de normativo promove as práticas de manipulação dos resultados, ficando as empresas tentadas a reconhecer menor valor dos ativos sujeitos a amortização e a maximizar o valor a reconhecer como <i>goodwill</i>, dado que posteriormente não terão quaisquer gastos associados à sua amortização, não penalizando a curto prazo os resultados</li> </ul>

Li <i>et al.</i> (2006)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existiu uma reação negativa dos mercados ao anúncio de perdas por imparidade no período de transição para a SFAS 121</li> <li>- As perdas por imparidade nesse período foram seguidas de um declínio no desempenho subsequente das empresas</li> </ul>
Hayn e Hughes (2006)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A informação financeira divulgada não era suficiente para permitir aos seus utilizadores estimar adequadamente as futuras perdas por imparidade do <i>goodwill</i> adquirido, devido, em especial, à escassa e reduzida qualidade da informação financeira divulgada relativamente ao segmento a que o goodwill foi afetado</li> <li>- As perdas por imparidade do <i>goodwill</i> ocorre, em média, entre 3 e 4 anos após a sua imparidade económica (sua deterioração económica, medida por indicadores de desempenho), podendo atingir, no limite, 10 anos</li> <li>- Este atraso pode refletir a gestão discricionária no momento do reconhecimento das imparidades do <i>goodwill</i> para servir determinados objetivos de gestão</li> </ul>
Bens <i>et al.</i> (2007)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existiu uma negativa e significativa reação do mercado à não amortização do <i>goodwill</i>, sendo esta atenuada nas empresas com reduzida assimetria informativa e nas que têm muitas dificuldades em realizar, adequadamente, testes de imparidade (pequenas empresas)</li> </ul>
Bens <i>et al.</i> (2007) Watts (2003)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Especialmente para as empresas com elevada informação assimétrica, o conteúdo informativo do <i>goodwill</i> poderá ter diminuído, dada a dificuldade de aplicar com rigor o justo valor na avaliação do seu valor recuperável</li> </ul>
Calin e Ford (2007)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A transparência que se pretende atingir com o novo tratamento subsequente do <i>goodwill</i> não se verifica, pelo contrário, esta nova solução normativa acaba por afetar muito negativamente a qualidade dos resultados</li> </ul>
Carvalho <i>et al.</i> (2008)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Na transição para as IAS/IFRS, constatou-se uma grande heterogeneidade na forma como as empresas divulgaram os ajustamentos de transição, nem sempre compreensíveis, afetando a comparabilidade da informação</li> <li>- No período posterior à transição (2005/2006), as empresas ainda não cumpriam rigorosamente com os requisitos de divulgação da IAS 36, no que respeita aos métodos de cálculo das perdas por imparidade, bem como aos fatores que condicionam esse reconhecimento, factos esses que afetam e condicionam a qualidade da informação divulgada</li> </ul>
Chen <i>et al.</i> (2002)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diferenças institucionais na envolvente legal, na forma de realizar negócios, na proteção concedida aos investidores, e nas filosofias subjacentes aos diferentes sistemas económicos e políticos poderão conduzir à não comparabilidade da informação financeira, não obstante a utilização do mesmo conjunto de normas contabilísticas</li> </ul>

### 3 – Mensuração subsequente do *goodwill* e manipulação dos resultados

Autor(es)	Resumo das conclusões
Johnson e Tearney (1993)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Como a maioria dos ativos intangíveis identificados estão sujeitos a amortização sistemática, durante um período finito de vida útil, e o <i>goodwill</i> apenas está sujeito a testes de imparidade, a afetação de maior valor ao goodwill reduzirá os gastos futuros a reconhecer por via da amortização e, em consequência, cria a expectativa de relatar um melhor desempenho por parte das empresas</li> </ul>
Kallapur e Kwan (2004)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Subjacente à prática de manipulação dos resultados, o <i>goodwill</i> continuará a ser relevado por valores elevados</li> </ul>
Herz <i>et al.</i> (2001)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atendendo à forma como está preconizado nas normas, qualquer erro na determinação do justo valor dos ativos líquidos afeta o valor a reconhecer do <i>goodwill</i> com consequente impacto no montante das potenciais perdas por imparidade a reconhecer</li> </ul>
Forbes (2006)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O espírito subjacente à aplicação da IFRS 3 não se verificou naquele primeiro ano (<i>i.e.</i>, 2005), promovendo assim a contabilidade criativa</li> <li>- O valor dos ativos intangíveis identificados está subvalorizado e, em contrapartida, o valor do goodwill está sobrevalorizado, além de não ter havido um esforço de divulgação dos fatores que contribuem para clarificar a natureza daquela rubrica</li> </ul>



Forbes (2007)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 48% do custo de aquisição das CAE analisadas foi imputado ao <i>goodwill</i>, 28% contabilizado como ativos intangíveis identificáveis e os restantes 24% como ativos fixos tangíveis</li> <li>- as empresas americanas estão a sobrevalorizar o valor do <i>goodwill</i>, incorporando em grande medida ativos intangíveis mensuráveis</li> </ul>
Rodrigues (2003)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 48% das empresas analisadas o goodwill representa mais de 50% do preço de aquisição e, em aproximadamente 25% das empresas, o goodwill chega a acolher 75% daquele preço</li> <li>- As empresas subvalorizam os ativos intangíveis e, em contrapartida, o valor do <i>goodwill</i> foi sobrevalorizado</li> </ul>
Morris (1987)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As empresas tendem a acelerar o reconhecimento de gastos em anos em que os resultados são já muito reduzidos ou negativos</li> <li>- O objetivo é preparar caminho para, artificialmente, incrementarem os resultados futuros</li> </ul>
Jordan e Clark (2004)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As regras preconizadas na SFAS 142 para a determinação das perdas por imparidade do <i>goodwill</i> ofereceram uma oportunidade única para a manipulação de resultados através das práticas de <i>big bath</i></li> <li>- As empresas que integravam a <i>Fortune 100</i> aproveitaram a oportunidade da primeira aplicação da SFAS 142, em 2002, para aplicarem a contabilidade criativa de modo a divulgarem os resultados que desejavam</li> </ul>
Jordan e Clark (2005)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não foram apenas as empresas de grande dimensão a efetuar <i>big bath</i>: também as de pequena aproveitaram a oportunidade, empreendendo as mesmas práticas</li> </ul>
Sevin e Schoeder (2005)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os gestores americanos aproveitaram o período de transição para a aplicação da SFAS 142 para realizarem práticas de <i>big bath</i> na contabilização do <i>goodwill</i></li> <li>- A manipulação sobre o <i>goodwill</i> existe quer nas grandes entidades quer nas entidades de menor dimensão, sendo a sua magnitude mais elevada das pequenas entidades</li> </ul>
Bens e Heltzer (2006)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O mercado penaliza menos a divulgação de perdas aquando de alterações obrigatórias de políticas contabilísticas, de que a divulgação de maus resultados como consequência da atividade normal da entidade</li> </ul>
Boukari e Richard (2006)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Numa amostra de 146 grande empresas francesas com valores cotados, a transição em 2005 para as IAS/IFRS da EU resultou num aumento de 42% nos resultados líquidos de 2004 (segundo as IFRS) comparativamente com o resultado apurado segundo as normas nacionais (French GAAP)</li> <li>- 60% desse aumento pode ser atribuído ao novo tratamento contabilístico do <i>goodwill</i></li> </ul>
Jordan <i>et al.</i> (2007)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As empresas aproveitaram o ano da transição para a SFAS 102 (2002) para reconhecer elevadas perdas por imparidade do <i>goodwill</i>, resultando a probabilidade de vir a reconhecer perdas em anos futuros e afetar os resultados operacionais</li> <li>- Não obstante, a prática de manipulação de resultados via <i>big bath</i> não se situa apenas no ano de transição: muitas empresas reconheceram perdas por imparidade no <i>goodwill</i> em 2003 e 2004, aparentemente para aproveitarem o já decréscimo nos resultados divulgados nesse ano</li> </ul>
Haman e Jubb (2007)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As novas regras de contabilização do <i>goodwill</i> na Austrália (sujeição exclusiva a testes de imparidade) dão alguma flexibilidade aos gestores na determinação do seu valor recuperável, com o objetivo de reconhecer o nível desejado de perdas por imparidade</li> </ul>
Poel <i>et al.</i> (2008)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os gestores não aplicam os procedimentos dos testes de imparidade do <i>goodwill</i> com o mesmo grau de diligência entre os diferentes países</li> <li>- A ocorrência e magnitude das perdas por imparidade no <i>goodwill</i> está altamente associada com os incentivos baseados no relato financeiro</li> <li>- As empresas tipicamente reconhecem perdas por imparidade no <i>goodwill</i> quando os resultados são inesperadamente elevados (alisamento) ou quando são inesperadamente baixos (<i>big bath</i>)</li> </ul>
Carvalho <i>et al.</i> (2008)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O ajustamento de transição para as IAS/IFRS em Portugal foi o reconhecimento de perdas por imparidade</li> <li>- Os resultados do estudo, embora preliminares e não conclusivos, deixam em aberto a possibilidade de algumas empresas terem empreendido, em Portugal, práticas de manipulação de resultados na data da transição, nomeadamente via <i>big bath</i></li> </ul>

#### 4 – Motivações à manipulação de resultados no tratamento contabilístico do *goodwill*

Autor(es)	Resumo das conclusões
	- O valor dos ativos da empresa afetam a determinação da quantia (maior ou menor) a reconhecer
Beatty e Weber (2006)	- São os incentivos contratuais, nomeadamente no que respeita ao valor e forma de remuneração dos gestores, e os incentivos associados ao desempenho patenteado pelas empresas nos mercados de capitais, que afetam a decisão das empresas de acelerar, ou atrasar, o reconhecimento daquelas perdas, ou seja, afetam o momento do seu reconhecimento
Zang (2008)	- A existência de mudanças recentes nos órgãos de gestão está intimamente relacionada com o montante das perdas por imparidade do <i>goodwill</i>
Ramanna (2008)	- Identifica três características das empresas que estão associadas a um maior potencial de manipulação na avaliação da imparidade do goodwill: (1) maiores rácios <i>market-to-book reporting unit</i> ; (2) menor possibilidade de verificação do valor líquido dos ativos; (3) maior número de UGC, permite aos gestores maior flexibilidade, uma vez que podem afetar estrategicamente o <i>goodwill</i> àquelas unidades
Beatty e Weber (2006)	- As empresas com múltiplos segmentos têm maior apetência para manipular a avaliação das perdas por imparidade do <i>goodwill</i>
	- Encontraram evidência de que as empresas adquirentes com as três características identificadas por Ramanna (2008) afetam uma maior parcela do custo de aquisição ao <i>goodwill</i>
Zhang e Zhang (2007)	- Os gestores, particularmente aqueles cujas remunerações dependem dos resultados, tenderão a provocar uma maior manipulação na afetação do custo de aquisição da CAE ao <i>goodwill</i> , de modo a poderem, no futuro, socorrer-se de posturas mais, ou menos, conservadoras na realização dos testes de imparidade
	- A utilização de avaliadores externos pode funcionar como um constrangimento à manipulação dos resultados, mas não elimina a ação dos gestores
Anatharaman (2007)	- gestores das empresas com elevado potencial para a discricionariedade (a <i>proxy</i> é o número de UGC e a extensão dos intangíveis não reconhecidos) utilizam as perdas por imparidade para atingir os seus objetivos no relato financeiro sobre a gestão
Swanson <i>et al.</i> (2007)	- As empresas estrangeiras tendem a optar por interpretações mais conservadoras da SFAS 142, comparativamente às empresas americanas, reconhecendo maior valor de perdas por imparidade. Na base dessas diferenças parecem estar fatores legais, contabilísticos, culturais e sociais associados à cultura empresarial de cada um dos países.

Elaboração própria.

Fonte: Carvalho, C., Rodrigues, A. M., & Ferreira, C. (2010). A mensuração subsequente do goodwill e a sua contribuição para a manipulação dos resultados: uma revisão da literatura. *XIV Encuentro AECA*. Coimbra.